



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA - PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA - MPB**

WANESSA OLIVEIRA DA SILVA

**PROPOSTA PARA ENTRADA DE DADOS DA CATALOGAÇÃO DE LIVROS
ANTIGOS NA BASE MINERVA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS E
INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, RJ
2018

WANESSA OLIVEIRA DA SILVA

**PROPOSTA PARA ENTRADA DE DADOS DA CATALOGAÇÃO DE LIVROS
ANTIGOS NA BASE MINERVA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS E
INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Organização e Representação do Conhecimento.

Orientadora: Prof. Me. Ana Virginia Pinheiro.

Rio de Janeiro, RJ
2018

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

S586	<p>Silva, Wanessa Oliveira da</p> <p>Proposta para entrada de dados da catalogação de livros antigos na Base Minerva do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Wanessa Oliveira da Silva. -- Rio de Janeiro, 2018.</p> <p>77</p> <p>Orientadora: Ana Virginia Pinheiro. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2018.</p> <p>1. Catalogação de livros antigos. 2. ISBD(A). 3. Bibliotecas universitárias. 4. Manuais de biblioteca. 5. Segurança patrimonial. I. Pinheiro, Ana Virginia , orient. II. Título.</p>
------	---

WANESSA OLIVEIRA DA SILVA

**PROPOSTA PARA ENTRADA DE DADOS DA CATALOGAÇÃO DE LIVROS
ANTIGOS NA BASE MINERVA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS E
INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovado em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Ana Virginia Pinheiro - Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda - Titular Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dra. Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares - Titular Externo
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dra. Bruna Silva do Nascimento - Suplente Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dra. Ana Paula Corrêa de Carvalho - Suplente Externo
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pois sem Ele, nada somos. Agradeço à minha família, meus pais, Ana e Sérgio e minha irmã Letícia, que estão sempre ao meu lado, são a minha força.

Agradeço à minha orientadora, professora Ana Virginia Pinheiro, pelos ensinamentos, por me aconselhar e nortear com dedicação. Agradeço aos membros da banca, meu professor de longa data, Marcos Miranda e minha parceira de trabalho, professora Maria Luisa Soares, pelas contribuições e aconselhamentos.

Agradeço imensamente as minhas amigas de trabalho, Rosani Godoy, Sterlane Menezes e Vanessa Nofuentes pelas revisões e contribuições com a minha pesquisa, e principalmente pelo apoio e carinho.

Agradeço aos meus amigos que estão sempre me apoiando. Isabel Santana e Alane Elias, meus presentes da UNIRIO, sem palavras para agradecer a amizade e o incentivo de vocês.

Agradeço aos meus colegas de turma, a "turma nota mil" 2016.2 do Mestrado, principalmente, por nossas terapias em grupo.

RESUMO

Esta pesquisa propõe a inclusão de regras específicas da descrição bibliográfica de livros antigos, pertinentes aos elementos que compõe o corpo da ficha, no "Manual para a entrada de dados de monografias na Base Minerva" a partir das teorias e práticas adotadas na Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - EBAOR-UFRJ. O objetivo é fundamentar a importância da utilização das regras da International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian) - a ISBD(A), para a descrição de livros antigos, corroborando a proposta de uniformização e otimização do registro bibliográfico na UFRJ. Considera como objeto, o livro antigo e seus peculiares aspectos bibliológicos e bibliográficos. Destaca que a catalogação minuciosa do livro antigo se configura como um recurso de segurança patrimonial – visto que o singulariza, dando a instituição provas de sua propriedade – e assume um papel estratégico na gestão de acervo antigo. A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental. A proposta da pesquisa almeja a uniformização e qualificação dos registros bibliográficos de livros antigos na UFRJ, ressaltando a importância do Manual no apoio ao serviço bibliotecário.

Palavras-chave: Catalogação de livros antigos. ISBD(A). Bibliotecas universitárias. Manuais de biblioteca. Segurança patrimonial.

ABSTRACT

This research proposes the inclusion of data pertinent to the body of the bibliographic description of antique books regarding to the elements of "Handbook for the entry of monograph data in Minerva Base" from the theories and practices adopted in the Library of Rare Works of the School of Fine Arts of Federal University of Rio de Janeiro - EBAOR-UFRJ. The objective is to justify the use of the rules of the International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian) - the ISBD(A), for the description of antique books, corroborating the proposal of standardization and optimization of the bibliographic record in UFRJ. It considers as object, the antique book and its peculiar bibliographical and bibliological aspects. It emphasizes that detailed cataloging of the antique book is configured as a patrimonial security resource – since it singles it out, giving the institution proof of its ownership – and assumes a strategic role in the management of the antique collection. The research is exploratory and descriptive, based on bibliographical and documentary research. The research proposal aims at the standardization and qualification of the bibliographic records of antique books in UFRJ, highlighting the importance of the Manual in supporting the librarian service.

Keywords: Cataloging of antique books. ISBD(A). University libraries. Library manuals. Property security.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABINIA	Asociación de Estados Iberoamericanos para el Desarrollo de las Bibliotecas Nacionales de Iberoamérica
AIBA	Academia Imperial de Belas Artes
CCAA2	Código de Catalogação Anglo Americano, 2. ed.
BN	Fundação Biblioteca Nacional
DCRM(B)	Descriptive Cataloging of Rare Materials (Books)
EBA	Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
EBAOR	Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ENBA	Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISBD	International Standard Bibliographic Description
ISBD(A)	International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian)
ISBD(M)	International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications
MARC21	Machine Readable Cataloging 21
Manual SiBI-UFRJ	Manual de entrada de dados de monografias na Base Minerva (-2011, 2015 e/ou 2017) do SiBI-UFRJ
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
PLANOR	Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras
SiBI-UFRJ	Sistema de Biblioteca e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
3	METODOLOGIA	24
4	HISTÓRICO DO ACERVO EBAOR	28
5	A DESCRIÇÃO BIBLIOLÓGICA DE LIVROS ANTIGOS	39
5.1	A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DO LIVRO.....	40
5.2	A DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS DO CORPO DA FICHA DE LIVROS ANTIGOS E SUAS ESPECIFICIDADES.....	41
5.2.1	Indicação de título e responsabilidade	42
5.2.2	Edição	43
5.2.3	Imprensa	43
6	PROPOSTA DE INCLUSÃO DA DESCRIÇÃO DE LIVROS ANTIGOS NO MANUAL DA BASE MINERVA DO SiBI	46
6.1	CRITÉRIOS GERAIS PARA A CATALOGAÇÃO (2.1, NO MANUAL).....	47
6.2	NÍVEL DA DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA (2.3, NO MANUAL).....	48
6.3	FONTES PRINCIPAIS DE INFORMAÇÃO POR ÁREAS (2.3, NO MANUAL).....	48
6.4	PONTUAÇÃO AUTOMÁTICA GERADA PELO ALEPH (2.4 NO MANUAL).....	50
6.5	CAMPOS MARC PARA ENTRADA DE DADOS DE MONOGRAFIAS (3, NO MANUAL).....	53
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	68
	ANEXO	76

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe a inclusão de regras específicas da descrição bibliográfica de livros antigos, pertinentes aos elementos que formam o corpo da ficha, no "Manual para a entrada de dados de monografias na Base Minerva" (Manual SiBI-UFRJ) a partir das teorias e práticas adotadas na Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBAOR). A elaboração e a atualização do Manual é responsabilidade do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI-UFRJ) para a catalogação dos itens dos acervos das bibliotecas da Universidade.

A pesquisa ficou limitada ao corpo da ficha diante das diferentes características do livro antigo, que são aí descritas, que o distinguem do corrente; e porque os dados referentes às notas especiais – que poderiam indicar aquelas características, ainda estão em processo de definição na EBAOR. Não se propõe aqui configurar um novo manual de catalogação na UFRJ, mas, sim, complementar o Manual já existente com as especificidades dos livros antigos.

Embora o Manual SiBI-UFRJ seja aplicado a “todos os tipos de monografias”, seu contexto releva como “todos”, apenas, as monografias de caráter corrente, pressupondo sua ampla circulação. O Manual foi elaborado a partir das regras da segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA2), por ser amplamente utilizado para o processamento técnico em bibliotecas universitárias, e dos campos para descrição do Machine Readable Cataloging 21 (MARC21) “considerados de uso mais frequente” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Biblioteca e Informação, Manual..., 2017). Essa circunstância relega a descrição de itens bibliográficos antigos à condição de “não formalizada”, “não prevista” no Manual.

O Manual SiBI-UFRJ informa que, “[...] por falta de tempo hábil, ainda não [...foram previstas] diretrizes para a catalogação de materiais especiais e obras raras” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Biblioteca e Informação, Manual..., 2015; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Biblioteca e Informação, Manual..., 2017). Esta situação motivou o interesse pelo tema, diante das muitas dificuldades encontradas no processamento técnico dos livros antigos na EBAOR.

O acervo da EBAOR constitui-se por obras que representam a história da educação e da arte no Brasil, com cerca de 5.800 livros raros e especiais¹, impressos entre os séculos XVI e XX. Deste conjunto, serão objeto desta pesquisa, apenas, os livros considerados antigos, isto é, publicados até o século XVIII – o que na EBAOR equivale a um conjunto composto por aproximadamente 100 títulos (o mais antigo data de 1541).

Tomada como exemplo, a EBAOR não é a única biblioteca guardiã de acervo retrospectivo na UFRJ; pelo menos mais quatro bibliotecas², possuem coleções especiais compostas por livros antigos.

A designação “livros antigos” tem como referência um período definido, do advento da tipografia, em cerca de 1440 (LYONS, 2011, p. 55), até antes de 1801, que se caracterizam como publicações de caráter artesanal (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1985).

Edições posteriores a esse período, disponíveis no acervo da EBAOR, mesmo aquelas que trazem em si as características bibliológicas de livros antigos, não foram considerados nesta pesquisa.

Essa restrição decorre do volume de obras existente no acervo da EBAOR, suficiente para justificar a proposta de acrescentar, ao Manual SiBI-UFRJ, dados específicos para sua descrição, sem criar precedente de dúvida sobre livros que “perpetuam a tradição do livro artesanal” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1985, tradução nossa). Entende-se que obras dos séculos XIX e XX que compõem a coleção especial da EBAOR, além de necessitar de análise especial, podem também ser favorecidas pela presente proposta.

O livro antigo possui especificidades não encontradas em publicações correntes, apresentando características únicas, que testemunham a evolução editorial do livro, tais como: títulos extensos e repetitivos; múltiplas versões de páginas de rosto (além da página de rosto, propriamente dita, a página de rosto adicional, a falsa página de rosto, a página de título); e dados de responsabilidades traduzidos para a língua culta da época de publicação

¹ A EBAOR, atualmente, leva em conta, principalmente, os critérios de raridade que relevam sua missão institucional e a importância histórica dos itens. Dessa forma, embora denominada Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes, a EBAOR se define como guardiã de uma coleção especial e valiosa.

² Central de Memória Acadêmica, Biblioteca de Obras Raras ou Antigas do Centro de Tecnologia, Biblioteca Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura e Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

(comumente, o latim). Esses aspectos exigem atenção do catalogador e pesquisas extensas sobre a obra e o exemplar, que se registram na descrição bibliográfica.

As coleções de livros antigos demandam por tratamento técnico minucioso, de modo a atribuir a cada item catalogado uma descrição singular, visando à legitimação da sua propriedade e da sua segurança, bem como, a produção de registros que correspondam aos critérios de busca dos usuários potenciais (PINHEIRO, 2012). Torna-se, então, indispensável a adoção do terceiro nível de descrição na catalogação do livro antigo – nível mais detalhado (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2006).

A descrição consiste em um recurso de preservação e de acesso, de modo que o exemplar seja identificado e protegido, “conforme acordos e recomendações internacionais de segurança para obras raras e especiais” (PINHEIRO, 2015b), corroborados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O IPHAN, consoante com as necessidades dos "livros raros, históricos e antigos", determina a descrição minuciosa das obras, como em seu “Cadastro de comerciantes de obras de arte e antiguidade”, formalizado pela Instrução Normativa nº 1/2007, (INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2007). Essa descrição é composta por um conjunto de “informações mínimas” sobre a obra, suficientes para identificá-la [Bibliografia Literária] e personalizar o exemplar [Bibliografia Material] (PINHEIRO, 2015b).

Além do cadastro dos comerciantes, o IPHAN criou uma base de acesso livre para registrar os bens culturais desaparecidos e recuperados, possibilitando, ainda, a denúncia de criminosos ou o acréscimo de informações (COSTA; ROCHA, 2007).

A descrição específica do livro antigo é um recurso de segurança patrimonial imprescindível porque, “o Brasil é afetado consideravelmente pelo roubo de bens culturais e [... porque] a quantidade de objetos recuperados é muito pequena” (GREENHALGH, 2014).

Agentes da Interpol [... explicam] que é mais comum do que se imagina a polícia recuperar documentos e algumas instituições os reconhecer como pertencentes ao seu acervo, mas não conseguem comprovar sua propriedade. A ausência de registros [...] completos ou inventários frequentes deixam lacunas [...] que podem prejudicar a própria instituição (SILVA, 2012).

Na descrição do livro antigo, conforme normas consagradas internacionalmente, “o registro bibliográfico gerado passa a conter dados suficientes, que servem como provas

documentais de propriedade e de procedência” (Informação verbal³). A Polícia Federal brasileira⁴ segue como padrão em suas investigações e em suas ações de recuperação, no âmbito de livros raros e antigos subtraídos de suas coleções de guarda, a atuação da Interpol. Estabelece também, parcerias com instituições como o IPHAN, para a conscientização dos profissionais que lidam com coleções especiais e valiosas no que se refere às necessidades informacionais para a atuação da entidade (SILVA, 2012).

A personalização do exemplar é, portanto, um fundamento que consolida [...] tudo o que é necessário para descrever um item e alcançá-lo; essa descrição [...] se expressa através do inventário de coleções e da catalogação item a item, página a página, arrolando tanto suas características tipográficas quanto intervenções de mão alheia (PINHEIRO, 2015b).

A descrição bibliográfica deve permitir visualizar o exemplar de forma intrínseca (produção editorial do livro) e extrínseca (encadernação e as marcas adquiridas ao longo dos anos de uso) para sua singularização. A análise bibliológica – o inventário do exemplar após análise página a página – é a técnica usada para a realização da descrição detalhada, possibilitando a descrição do livro como monumento (PINHEIRO, 2015a).

Nesse contexto, a aplicação da proposta que ora se apresenta é estratégica em relação à gestão da EBAOR como biblioteca universitária e detentora de publicações retrospectivas, antigas e especiais, pois a descrição minuciosa e precisa estende sua responsabilidade para além das missões de ensino, pesquisa e extensão (CRUZ, MENDES, WEITZEL, 2004), alcançando a de preservação (segurança) e disseminação da memória bibliográfica.

O detalhamento na descrição pode ser, além de tudo, apontado como fonte de registro de memória, pois elencaria todas as características do livro antigo, ampliando o potencial de informação do catálogo e no alcance que os usuários teriam da coleção.

A proposta desta pesquisa, então, se justifica pela importância e valorização da descrição completa do livro antigo, alcançando as demais bibliotecas que detêm livros antigos e que compõem o SiBI-UFRJ.

³ Informação fornecida pelo Delegado da Polícia Federal Márcio Manoel da Cunha no Workshop Bibliofilia e colecionismo de livros raros, na Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 2017.

⁴ É atribuição da Polícia Federal prevenir, reprimir e investigar crimes contra o patrimônio cultural, como os livros antigos, praticados em detrimento de bem pertencente ao patrimônio de entidades federais, como previsto na Lei 9.605 de 1998 e na legislação extravagante (Informações fornecidas pelo Delegado Cunha).

A inclusão dos dados da descrição dos livros antigos no Manual SiBI-UFRJ, sistematizando os procedimentos do registro bibliográfico, é essencial para manter atualizada a organização e a articulação dos saberes técnicos específicos para acervos retrospectivos.

O que se espera de uma base de dados é que a descrição de seus registros seja padronizada e que facilite tanto as práticas dos bibliotecários quanto à recuperação da informação pelo usuário.

O uso de padrão na catalogação de livros antigos evitaria a duplicação de trabalho (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 9) e permitiria que as 45 bibliotecas integradas do SiBI-UFRJ, incluindo a EBAOR, compartilhem seus registros bibliográficos de forma confiável e concisa, como recomenda a *International Standard Bibliographic Description for older monographic publications (Antiquarian)*, a (ISBD(A)) emitida pela International Federation of Library Associations and Institutions (2006).

A ISBD(A) é a norma internacional de intercâmbio de registros bibliográficos para descrição dos elementos dos livros antigos, consagrada pela Biblioteconomia de Livros Raros, e que possibilita a interoperabilidade entre os sistemas de recuperação bibliográfica, especialmente na Europa e América Latina.

O detalhamento e a padronização são relevantes para a consistência da catalogação e para obter o aproveitamento total das possibilidades de recuperação. Esse aspecto remete, por exemplo, às Leis da Biblioteconomia formuladas por Ranganathan (2009, p. 211-225), que preveem que o bibliotecário deve poupar o tempo do leitor (Quarta Lei), formando catálogos estruturados e coerentes, com o propósito de potencializar seu uso, e contribuir para a produção do conhecimento, de modo que o leitor encontre seu livro (Segunda Lei) e que o livro encontre seu leitor (Terceira Lei).

A descrição exaustiva se torna ainda mais útil diante da possibilidade de busca nas bases de dados em linha.

Em virtude do exposto, o objetivo geral da pesquisa é contribuir para a otimização das práticas e metodologias da descrição dos livros antigos, atendendo às necessidades da EBAOR e das demais bibliotecas do SiBI-UFRJ, propondo a complementação dos dados e das regras específicas para a descrição do livro antigo do “Manual para a entrada de dados de monografias da Base Minerva”.

Como objetivo geral esta intenção se consolida em outros dois objetivos específicos à luz da Biblioteconomia de Livros Raros:

- mapear o processo para a descrição bibliográfica de livros antigos, restrito ao corpo da ficha e conforme a ISBD(A), relevando a Bibliografia Literária e a Bibliografia Material; e
- arrolar os elementos da descrição bibliográfica, elucidando sua aplicação a partir da teoria e de boas práticas, adequando-os ao formato MARC 21 – adotado pelo SiBI-UFRJ.

Para alcançar tais objetivos, a pesquisa divide-se em outras seis seções, além destes esclarecimentos introdutórios.

A segunda seção discorre sobre uma abordagem teórica dos conceitos que alicerçam o tema, tanto no âmbito da gestão da catalogação de acervos retrospectivos em bibliotecas universitárias quanto da importância da descrição íntegra e precisa do livro antigo. A terceira seção expõe a metodologia utilizada na presente pesquisa.

A quarta seção apresenta o histórico da formação do acervo da EBAOR até seu quadro atual, enfatizando a importância do acervo como patrimônio bibliográfico cultural e de memória. Discute-se, ainda, a importância do Manual SiBI-UFRJ e da proposta apresentada para inclusão de informações sobre o processamento técnico de livros antigos.

A quinta seção delinea as etapas a serem seguidas para a descrição bibliográfica de livros antigos dos elementos que compõem o corpo da ficha à luz da literatura especializada em Biblioteconomia de Livros Raros e de uma breve discussão sobre as dificuldades possíveis no momento da descrição.

A sexta seção visa consolidar a proposta de inclusão de dados pertinentes ao corpo da ficha da descrição bibliográfica de livros antigos no Manual SiBI-UFRJ, elencando as diretrizes da ISBD(A), estruturando-as de acordo com os campos MARC21, como no Manual.

A sétima parte, a título de conclusão, almeja apresentar um discernimento sobre as vantagens na adoção da ISBD(A) na catalogação da coleção de livros antigos da EBAOR, ratificadas no Manual SiBI-UFRJ – criando, desse modo, precedentes para outras pesquisas, que alcancem, por exemplo, a padronização de autoridades e a geração de notas especiais, livres e obrigatórias – que não serão objeto desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção sintetiza a busca na literatura por informações sobre a importância da descrição de livros antigos, sua padronização e sua aplicação.

Como resultado dessa busca, pretende-se enfatizar a necessidade da adequação do Manual SiBI-UFRJ no tratamento técnico dos livros antigos das bibliotecas da Universidade, e, conseqüentemente, da EBAOR.

Para o entendimento da pesquisa ora proposta, vale conceituar e discorrer a respeito dos seguintes termos: livro antigo, descrição de livros antigos, corpo da ficha, manual, entrada de dados e Base Minerva.

No Brasil, a relevância dos acervos retrospectivos, isto é, livros considerados antigos, passam por um processo de consolidação.

Diante do avanço do conhecimento científico e da ampliação retrospectiva do escopo de pesquisa nas universidades, em face de inovadoras linhas de pesquisa de memória científica, [...] bibliotecários gestores [são levados] a um surpreendente retorno a coleções negligenciadas, que foram, um dia, denominadas como livros velhos (PINHEIRO et al., 2014).

Tais coleções são de reconhecido valor como patrimônio cultural, exprimem a origem e a identidade não só da biblioteca guardiã como da instituição mantenedora. Por tais motivos, entende-se que a biblioteca universitária, deve cumprir com sua missão de prover o acesso ao conhecimento, mesmo àquelas "obras que não são consideradas 'atuais'" (PINHEIRO et al., 2014).

Além disso, a recente valorização da materialidade do livro antigo como informação despertou o interesse de “especialistas dos mais variados campos para essa área de estudos” (PINHEIRO, 1990). A estrutura do livro antigo, sua encadernação, tipo de papel, ilustrações, também são uma rica fonte de informações sobre o modo de pensar e fazer de um determinado período da história, considerando que “um livro antigo carrega em si mesmo as marcas da sua forma de produção artesanal” (SANT'ANA, 2001).

A materialidade dos livros antigos está expressa em seu conceito: “monografias impressas até 1801, e [...] publicações posteriores editadas artesanalmente, ou por processo que perpetuam a tradição do livro artesanal” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1985).

No que se refere à descrição de livros antigos, suas especificidades e materialidade interferem em todo o processo, desde a definição do nível de descrição à adoção de código de

catalogação adequado, envolvendo a redação exaustiva dos dados e dos atributos do livro. Para tanto, exige-se do bibliotecário conhecimento prévio de *Bibliografia Material*.

O conceito de livro antigo não deve ser confundido com o de livro raro, porque “um livro não é valioso porque é antigo” (MORAES, 1979, p. 65). A raridade depende de valores específicos, como os cinco critérios⁵ propostos por Ana Virginia Pinheiro (1989), adequados às necessidades da biblioteca guardiã. Já a antiguidade do livro releva a idade e as características da publicação impressa, ora limitada a determinado período de tempo, ora definida pela perpetuidade do valor artístico daquelas características.

O valor artístico do livro antigo decorre da sua publicação,

[...] cada fase de sua fabricação foi feita à mão - desde a criação do tipo e do papel usado para a composição e imposição do texto até a encadernação. Cada livro, embora produzido em séries de centenas de cópias, é um objeto único. Como artefatos, os livros são evidências históricas das indústrias de publicação, impressão [...]. Como tal, eles podem fornecer a confirmação de teorias sobre a história das comunidades e da sociedade em cada época (MORIARTY, 2004, tradução nossa).

As particularidades do livro antigo, que o distinguem dos demais, estabelecem a necessidade de um tratamento específico, com descrição minuciosa, porque “a determinação das características de um livro é indispensável para reconhecê-lo e identificá-lo” (OTLET, 1934, p. 45, tradução nossa). Por exemplo, é comum encontrar exemplares da mesma edição com diferenças, que podem ser fruto da distração do tipógrafo ou de uma intervenção com correção durante a mesma tiragem (MARTÍN ABAD; BECEDAS GONNzáLEZ; LILAO FRANCA, 2008, p. 18-19). A capacidade de observar características como essas, aumenta a responsabilidade do catalogador do livro antigo, pois, o registro decorrente da catalogação deve representá-lo com a maior precisão possível (MORIARTY, 2004).

Por isso, "a catalogação de um livro [antigo] que comporá uma coleção especial não é uma atividade simples, definida exclusivamente pelas normas de catalogação difundidas no âmbito da Biblioteconomia" (PINHEIRO, 2015b).

A catalogação do livro antigo implica, também, em abordagens no universo da Bibliologia e da Bibliografia. Gabriel Peignot em seu “*Dictionnaire raisonné de Bibliologia*”, publicado em 1802, “introduziu a distinção entre Bibliologia e Bibliografia. A primeira está centrada nos aspectos teóricos da ciência do livro [...] e] dos conhecimentos filosóficos, históricos, literários" (COUZINET, 2011 apud SALDANHA, 2016). "Já a Bibliografia é tida

⁵ 1 limite histórico, 2 aspectos bibliológicos, 3 valor cultural, 4 pesquisa bibliográfica e 5 características do exemplar (PINHEIRO, 1989).

como um dos ramos bibliológicos voltados aos aspectos técnicos da elaboração de repertórios de livros" (SALDANHA, 2016).

Influenciado por Peignot, Paul Otlet publicou um estudo em 1834 analisando a Bibliologia como uma ciência, dividindo-a em métodos que abrangem os campos histórico, terminológico e técnico do livro (OTLET, 1934), e definindo-a “simplesmente como ‘ciência do livro’” (PEDRAZA GRACIA, 2005), formada por outras ciências, como a Bibliografia.

Segundo Otlet (1934, p. 9), a descrição de livros precisa da Bibliologia, isto é, de uma ciência e uma técnica geral para o estudo e representação dos documentos, mas também da Bibliografia. A descrição do livro antigo deve relevar a estrutura do livro como suporte “continente” – Bibliografia material, e como “fonte de informação” (conteúdo) – Bibliografia literária (PINHEIRO, 1990).

"A distinção entre 'Bibliografia literária', assumida pelos doutos e literários, e 'Bibliografia material', dos livreiros e bibliófilos" foi empregada por "Léopold-Auguste Constantin Hesse (1779-1844), em seu *Bibliothéconomie*, publicado originalmente em Paris, 1808" (REYES GÓMEZ, 2010, p. 126 apud PINHEIRO, 2015b).

Estas duas ciências evoluíram com a necessidade de controlar e organizar registros informacionais, elaborando repertórios que facilitem a sua busca (ALENTEJO, 2007; CAMPELLO, 2006, p. 9).

Nesse contexto, o exame completo do exemplar a ser descrito, da pesquisa à descrição, fornecendo um registro detalhado e analítico das características de um livro, é essencial para tornar o catálogo uma fonte confiável (PEDRAZA GRACIA, 2005).

A descrição é uma das etapas da catalogação bibliográfica, completada pelas entradas principais e secundárias, cabeçalhos de assunto e localização do exemplar (FURRIE, 2009). A descrição deve identificar as características que garantem a integridade⁶ e a singularidade do exemplar registrado, tornando-o único entre os demais (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 95; RIBEIRO, 2015).

A personalização do exemplar é, portanto, um fundamento que consolida, como “informações mínimas”, tudo o que é necessário para descrever um item e alcançá-lo; e essa descrição, no caso de livros [antigos], se expressa através do inventário de coleções e da catalogação item a item, página a página, arrolando tanto suas características tipográficas quanto intervenções de mão alheia [...] (PINHEIRO, 2015b).

Desse modo, os domínios da Bibliografia e da Bibliologia são imprescindíveis para a identificação e especificação dos elementos necessários para a catalogação do livro antigo

⁶ Os dados devem ser verdadeiros e comprováveis (MEY, 1987).

com “dados que não apenas registrem a publicação, mas que a identifiquem, visando sua singularidade” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2006, tradução nossa).

É importante reiterar que esta pesquisa ficará restrita ao corpo da ficha, considerando que os demais elementos da catalogação dispõem de literatura e normas específicas.

O corpo da ficha é a parte essencial da descrição, “compõe-se de elementos que se seguem e cuja ordem de indicação preconizada é, geralmente, título, subtítulo, dado referente ao autor, dado referente à edição (inclusive o que se refere ao tradutor, ao ilustrador e às ilustrações), e a imprensa” (DIAS, 1967, p. 39).

Há autores que incluem a área de descrição física ou colação como parte do corpo da ficha. Nesta pesquisa, valeu o conceito clássico, disseminado em “Elementos de catalogação”, de Antônio Caetano Dias (1967, p. 39); consagrado no “Dicionário do livro”, de Faria e Pericão (2008, p. 205); e bem aplicado em “A biblioteca, o técnico e suas tarefas”, de Cruz, Mendes e Weitzel (2004, p. 39).

Em geral, os elementos do corpo da ficha correspondem às informações obtidas na página de rosto (DIAS, 1967, p. 39); que em razão de seu caráter artesanal, no livro antigo esses elementos constam de uma página de rosto ainda em evolução, de leiaute complexo, justificando a necessidade de regras específicas que atendam a essas peculiaridades (PINHEIRO, 1990).

O aumento da quantidade de informação disponível e demandada, e a evolução constante das tecnologias de informação e comunicação (TIC), ainda, exigem das bibliotecas o aprimoramento do processamento técnico, numa linguagem que permita e facilite a integração usuário/catálogo (MACHADO, 2003, p. 73).

Além disso, o avanço tecnológico muito contribuiu para o crescimento na procura dos acervos retrospectivos, facilitando o acesso ao seu conteúdo pela internet, retomando-os como instrumentos de pesquisa e produção científica. A “explosão informacional veio acompanhada da revolução tecnológica”, modificando os processos de acesso, recuperação e disseminação para todos os tipos de informação (SOUZA; SILVA; SILVA; DIAS, 2010).

Justifica-se, então, a necessidade de prover serviços em maior profundidade e de forma mais rápida a um maior número de usuários (BARBOSA, 1978, p. 196). Dessa forma, pode-se afirmar que a automação levou à necessidade de padrões rígidos, inclusive para a descrição de livros antigos.

Nessas circunstâncias, a IFLA formou um grupo de estudos para viabilizar uma proposta de padronização internacional para a descrição de livros antigos. Assim, elaboraram

a ISBD(A), para guiar os bibliotecários no tratamento técnico desses materiais especiais; sua primeira edição data de 1980 (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2006).

“Devido à natureza de sua criação e às necessidades dos pesquisadores, os livros [antigos...] passaram a ser vistos como um formato que exigia regras [de descrição bibliográfica...] adicionais” (MORIARTY, 2004, tradução nossa). Com regras que ressaltam a distinção entre livros artesanais e industrializados, a ISBD(A) foi implementada em virtude da constatação da necessidade de regras específicas, considerando que as formas de representação do livro antigo não eram alcançadas pela *International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications* (ISBD(M))⁷.

Instituídas como um instrumento fundamental para a formulação e comunicação normalizada de informação bibliográfica, as diretrizes das ISBD são harmonizadas com os documentos normativos de catalogação reconhecidos internacionalmente para o intercâmbio dos registros bibliográficos (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 106), como o MARC, e as revisões de suas extensões de acordo com os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2012).

Criado em 1965 pela *Library of Congress* (LC), a Biblioteca do Congresso estadunidense, o MARC emprega a padronização da organização dos dados bibliográficos visando seu intercâmbio em conformidade com padrões técnicos (o protocolo Z39.50⁸ e a norma ISO 2709⁹) que possibilitam a integração com outros sistemas de automação de biblioteca (CÔRTE, 1999; EXLIBRIS, [2005]).

Com o MARC, "o processo de catalogação torn[a]-se mais estruturado, com uma proporção significativa do acervo sendo processada rapidamente"; o formato amplia o compartilhamento de registros catalográficos, reduzindo o tempo da catalogação e aumentando a troca de experiência profissional (ROWLEY, 2002, p. 343).

O bibliotecário responsável pelo o tratamento técnico deve estar informado e preparado para as novas tecnologias, dando importância aos padrões adotados pelas redes mundiais de bibliotecas. Os sistemas automatizados exigem padrões para sua conectividade

⁷ Uma das extensões da primeira ISBD, a ISBD(M), sua primeira edição data de 1974 (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2012).

⁸ Protocolo de pesquisa e recuperação de informações que permite acessar catálogos de bibliotecas a partir de uma interface (CÔRTE, 1999).

⁹ Esses padrões não são responsabilidade do bibliotecário, e sim da empresa fornecedora do Sistema utilizado pela biblioteca (CÔRTE, 1999; EXLIBRIS, [2005]).

(FURRIE, 2009). Em consequência, “as normas internacionais para a descrição bibliográfica, elaboradas nos últimos anos, têm sido concebidas com o objetivo de melhorar a qualidade técnica da informação, [de] facilitar a sua interpretação, [... e de] torná-la mais acessível ao utilizador” (GONÇALVES, 1992).

No Brasil, o Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR) é o responsável pela divulgação do modelo adotado pela Fundação Biblioteca Nacional (BN) para o tratamento de acervos bibliográficos raros e retrospectivos, baseado nas diretrizes da ISBD(A) para organização, conservação e disseminação desses acervos (PINHEIRO, 2003).

No entanto, a divulgação do modelo da BN não garantiu o uso dos mesmos formatos para a comunicação de registros bibliográficos especiais por bibliotecas brasileiras. Algumas bibliotecas ainda utilizam as regras delineadas para descrição de acervos correntes na catalogação de livros antigos (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2006).

O Manual SiBI-UFRJ, por exemplo, baseia-se nas regras da segunda edição do CCAA2 para a descrição de seus acervos bibliográficos correntes e retrospectivos.

As regras do CCAA2 pretendem abranger a descrição bibliográfica de todos os materiais de biblioteca, inclusive “monografias impressas antigas” (regras 2.12 e 2.18), “na maior parte, publicações anteriores ao século dezenove” (CÓDIGO..., 2004).

Embora o CCAA2 contenha regras para os livros antigos, também recomenda a consulta a “materiais de referência especializados para tratamento mais detalhado de livros impressos antigos” (CÓDIGO..., 2004); posto que não oferece diretrizes suficientes para a descrição completa necessária. Em função dessa carência do CCAA2, a LC desenvolveu um manual para a descrição de livros raros, o *Descriptive Cataloging of Rare Materials (Books)*, (DCRM(B))¹⁰, primeira revisão publicada em 1998 (LIBRARY OF CONGRESS, 2011), e utilizado por algumas bibliotecas – é importante ressaltar que trata-se de um manual institucional.

A maioria das bibliotecas guardiãs de acervos retrospectivos, orientam-se pelas normas internacionais, adotando a ISBD(A). As bibliotecas latino-americanas sobressaem por essa preferência, principalmente as cooperantes da *Asociación de Estados Iberoamericanos*

¹⁰ Anteriormente publicado como *Bibliographic Description of Rare Books (BDRB)*, publicado em 1981, e *Descriptive Cataloging of Rare Books (DCRB)*, publicado em 1991 (LIBRARY OF CONGRESS, 2011).

para el Desarrollo de las Bibliotecas Nacionales de Iberoamérica (ABINIA)¹¹; como a BN do Brasil (ABINIA, [2006?]).

Assim, considerando o caráter modelar, referencial da BN, esta pesquisa elegeu as regras da ISBD(A) como padrão para a proposta de adequação de catalogação de livros antigos na UFRJ. Ressalta-se ainda, que o CCAA2, já utilizado como base para a catalogação na UFRJ, é atualizado pelas diretrizes das ISBD (CÓDIGO..., 2004), não havendo, por isso, contradição entre as normas.

Além disso, as diretrizes da ISBD(A) não são irrefutáveis. É preciso acordar sobre a melhor opção oferecida em cada circunstância do tratamento dos livros antigos, principalmente nos casos de cooperação. Dessa maneira, é necessário o registro das decisões a serem seguidas, para a padronização da descrição. Um manual deve ser elaborado com a finalidade de direcionar o bibliotecário entre as possibilidades disponíveis na norma (AZEVEDO, 2015; GONÇALVES, 1992; MARTIN ABAD, 2004, p. 40-41; REYES GÓMEZ, 2010).

A uniformização da atividade diminui o risco de equívocos, fator importante para o trabalho em uma base cooperada, potencializando o *software* utilizado para o processamento técnico, contribuindo com o atendimento das necessidades das bibliotecas e dos usuários, facilitando o domínio e gestão do acervo pelo bibliotecário. O manual facilita o trabalho, orienta a rotina e diminui o tempo gasto com a atividade, visto que a descrição do livro antigo demanda atenção e tempo maiores, por seu detalhamento.

Os manuais de serviço de bibliotecas incluem regras e procedimentos, como guias do “fazer” do bibliotecário. As regras orientam os procedimentos da ação com “comandos diretos e objetivos” (ALMEIDA, 2005, p. 6) – como as diretrizes da ISBD(A), do CCAA2 e do MARC 21¹². E “os procedimentos são os instrumentos que estabelecem métodos rotineiros de execução de atividades e detalham a maneira exata pela qual uma atividade deve ser realizada” (ALMEIDA, 2005, p. 6), padronizando-as.

Na UFRJ, o SiBI é o responsável pelo levantamento e a garantia da normalização para evitar dubiedades, por isso, o Manual SiBI-UFRJ deve conter as diretrizes para a descrição de todos os materiais que compõem os acervos de suas bibliotecas – como o livro antigo.

¹¹ “Fundada no México a 14 de dezembro de 1989, é um fórum inter-regional que reúne as 22 Bibliotecas Nacionais da Ibero América”. A metodologia do trabalho da ABINIA compreende a catalogação em 3º nível, seguindo as normas da ISBD(A) (ABINIA, [2006?]).

¹² O MARC 21 é o resultado da “unificação e consolidação final dos formatos MARC para a descrição de todos os tipos de documentos” (LIBRARY OF CONGRESS, 2007, tradução nossa) a partir dos anos 1990 (FURRIE, 2009).

O Manual SiBI-UFRJ consagra o uso do CCAA2 e do formato MARC 21, como padrões para o Sistema Integrado de Bibliotecas ALEPH¹³ – *software* para a automatização do catálogo. O Sistema alimenta a base de dados bibliográficos *online*, utilizada pela UFRJ, a Base Minerva, explicitada no título do Manual (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Biblioteca e Informação, Manual..., 2011). “A Base Minerva é o banco de dados bibliográfico e de imagens de acesso remoto utilizado pela UFRJ e seu Sistema Integrado de Bibliotecas e Informações (SiBI) para o acesso aos catálogos das suas bibliotecas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Biblioteca e Informação, Guia..., 2017).

No ALEPH, no “Módulo de Catalogação” do Sistema – local de gerenciamento dos registros bibliográficos – encontram-se as planilhas para registros bibliográficos, compostas pelos campos fixos¹⁴ e variáveis¹⁵ para entrada de dados, e as listas de autoridades, disponíveis para consulta do bibliotecário (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Biblioteca e Informação, Manual..., 2017).

O preenchimento dos campos fixos é obrigatório em todas as catalogações; já os campos variáveis são personalizáveis, de acordo com o tipo de material a ser catalogado e com os elementos encontrados na obra. Os campos variáveis são divididos por blocos conforme as funções dos elementos (LIBRARY OF CONGRESS, 2007). O bloco referente ao corpo da ficha é o “2XX = Títulos, edição, impressão” – elementos que estão esmiuçados nas seções 5 e 6 desta pesquisa.

A catalogação de livros antigos deve evoluir como um compromisso entre as funções e os requisitos do catálogo da biblioteca e as necessidades dos pesquisadores. Assim sendo, a consideração de suas especificidades prescritas nas regras do MARC21, já adotadas no Manual SiBI-UFRJ para acervos correntes, são imprescindíveis para a padronização e recuperação dos registros bibliográficos em catálogos em linha. Essa integração das regras, geral e específica, incentiva a exploração máxima dos campos do MARC21, tornando o catálogo mais fácil, ágil e relevante.

Diante do exposto, entende-se que a padronização apropriada ao tratamento do livro antigo e a minuciosidade de sua descrição devem garantir a precisão, a consistência e a

¹³ Sistema de Biblioteca utilizado pelo SiBI-UFRJ.

¹⁴ Refere-se aos campos MARC de controle ou a campos específicos de dados codificados (LIBRARY OF CONGRESS, 2007).

¹⁵ Os campos variáveis são os compostos pelos elementos do livro e pelas entradas principais e secundárias (LIBRARY OF CONGRESS, 2007).

confiabilidade do catálogo, potencializando o uso de sistemas cooperativos. A compreensão da importância do tratamento diferenciado, conforme, as especificidades do livro antigo, favorece não apenas o tratamento técnico da EBAOR, mas de todas as bibliotecas guardiãs de acervo antigo da UFRJ.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se uma combinação entre as análises exploratória e descritiva, com a intenção de constituir o encadeamento entre os conceitos necessários para a construção dos argumentos e alicerçar a proposta sugerida pela pesquisa.

Escolheu-se a pesquisa exploratória, por esta proporcionar uma visão geral, “de tipo aproximativo”, acerca de temas pouco explorados (GIL, 2008, p. 27), e adotou-se a pesquisa descritiva como procedimento estratégico, tendo como propósito estudar as características e os problemas do tema – a catalogação do livro antigo.

Consoante com o problema constatado e o objetivo a ser alcançado, foram delineadas duas etapas para a concepção da pesquisa. A primeira etapa consistiu na análise bibliológica de livros antigos selecionados entre os que compõem o acervo da EBAOR e a segunda na coleta de dados afins, através da pesquisa bibliográfica.

A análise bibliológica de livros do acervo da EBAOR foi necessária para tornar possível o recorte proposto e a abordagem das características discutidas na pesquisa, assim como, a exemplificação das regras pertinentes. A importância desse procedimento é corroborada por Pinheiro (2003), ao afirmar que “a análise bibliológica traça o perfil do livro antigo sob seus aspectos, analisando-o página por página, distinguindo-o de todos os demais”.

A coleta de dados foi efetivada a partir de dois métodos diferentes que se complementaram, inicialmente empregou-se o levantamento bibliográfico para a elaboração da fundamentação. Depois, formalizou-se uma investigação documental para a seleção das normas de catalogação de livros antigos a serem recomendadas, alicerçadas em fontes oficiais, como o sítio da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), do IPHAN e da IFLA.

Nessa etapa da pesquisa, foram identificados os manuais utilizados por bibliotecas que possuem livros antigos, e considerados os conteúdos, apenas daqueles que se adotam as normas da ISBD(A) da IFLA.

Para o levantamento bibliográfico, realizou-se buscas em bases de dados e em bibliotecas, englobando materiais impressos e eletrônicos, livros, artigos, dissertações e teses. Verificou-se, então, que distintas áreas da Biblioteconomia abordam o tema desta pesquisa, evidenciando a necessidade de estudos em Biblioteconomia de Livros Raros, Bibliologia, Bibliografia e Catalogação de livros antigos, áreas consideradas instrumentais para o trato com coleções bibliográficas especiais.

Para o total entendimento da proposta, além da pesquisa em áreas da Biblioteconomia, houve a necessidade de buscas nas áreas de Sistemas de Informação e Administração de Bibliotecas, para subsidiar explicações sobre entrada de dados nos *softwares* de bibliotecas e a importância do Manual no serviço de catalogação.

O levantamento bibliográfico foi norteado, inicialmente, pelos conceitos e pelas referências propostas pelos seguintes autores nacionais e estrangeiros:

- Ana Virginia Pinheiro (Biblioteconomia de Livros Raros);
- Paul Otlet (Teoria e prática da documentação);
- Antônio Caetano Dias (Fundamentos da catalogação);

“Reconhecida internacionalmente como bibliotecária expert no assunto, professora da UNIRIO e chefe da Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional”, Ana Virginia Pinheiro é “pioneira dos estudos” sobre livros raros e antigos no Brasil, publicou inúmeros artigos relacionados ao tema (VIEIRA, 2015), considerados, nesta pesquisa, como referenciais da condição do livro antigo no Brasil.

Os estudos de Paul Otlet sobre Bibliologia e Bibliografia foram fundamentais por constituírem a base de “um campo científico orientado às práticas de preservação, organização e disseminação dos saberes registrados” (SALDANHA, 2016), perfeitamente adequáveis à natureza do livro antigo.

Os fundamentos de catalogação preconizados por Antonio Caetano Dias foram o ponto de partida para a abordagem do livro antigo nesse contexto, porque enfatizam um trabalho técnico que se revela atento às necessidades do bibliotecário, bem como ao serviço de catalogação e descrição do exemplar; “integrado nas técnicas da biblioteconomia, no sentido de conhecê-las, acompanhar-lhes a evolução e aplicá-las” (PEREGRINO, 1967, p. v-vi). O autor também define e discorre sobre o corpo da ficha e seus elementos, aspectos que delimitaram a discussão dos dados e das especificidades da catalogação do livro antigo nesta pesquisa.

A partir dos autores citados, estabeleceram-se os conceitos para as discussões de maior ênfase: livros antigos, descrição de livros antigos, corpo da ficha e manuais. Esses conceitos foram eleitos como essenciais para a elaboração da proposta da pesquisa.

A busca em fontes específicas foi necessária para caracterizar o discurso da proposta conforme o universo do livro antigo nos processos de catalogação na UFRJ e na Base Minerva, ambos elaborados pelo SiBI-UFRJ.

Para o histórico e outras informações sobre a Biblioteca e o acervo, utilizou-se os sítios das instituições mantenedoras na UFRJ: a Escola de Belas Artes, o Sistema de Informação e Bibliotecas e a Biblioteca de Obras Raras e Especiais da EBA.

As normas de catalogação selecionadas foram citadas na literatura e adotadas amplamente em bibliotecas guardiãs de livros antigos de todo o mundo:

- *International Standard Book Description (Antiquarian)* - ISBD (A);
- Código de Catalogação Anglo-Americano - CCAA2;
- Machine Readable Cataloging - MARC21;

A eleição da ISBD(A) foi determinada por ser o código internacional padronizador da descrição bibliográfica do livro antigo. Suas diretrizes são reconhecidas e adotadas pela maioria das bibliotecas nacionais, como as cooperantes da ABINIA e a própria Biblioteca Nacional brasileira, que orienta o uso da ISBD(A) como padrão para a catalogação dos livros antigos no país.

Embora a IFLA tenha realizado revisões e atualizações das extensões das ISBD, como a ISBD(A), em 2006, uma tendência mundial para a uniformização de padrões de descrição de diferentes tipos documentais levou a elaboração de uma ISBD consolidada no ano de 2007, arrolando todas as normas em uma única versão. Por isto, a pesquisa abrange a análise das regras da ISBD(A), de 2006, e das regras específicas para livros antigos, consolidadas na versão traduzida para o português da ISBD, de 2012 (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2012).

As normas do CCAA2, assim como o MARC21, foram relevadas, em tudo o que era compatível com a natureza do livro antigo, por embasarem o Manual SiBI-UFRJ, objeto de revisão desta pesquisa.

Estas normas de catalogação foram complementadas pela Instrução Normativa nº1/2007 do IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2007), que “dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Obras de Arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros”, que ressalta a descrição específica e detalhada do livro antigo como um recurso de segurança patrimonial que individualiza o exemplar, garantindo a prova de sua propriedade com o confronto e verificação de igualdades ou similaridades entre os dados compilados.

Quanto ao método de análise e abordagem, esta é uma pesquisa indutiva e qualitativa, respectivamente. O método estabelecido para a pesquisa foi o indutivo, pelo fato de a pesquisa partir da observação das necessidades da EBAOR para o aprimoramento da

catalogação de livros antigos nas bibliotecas da UFRJ. O raciocínio indutivo se apoia em experiências e na observação para proporcionar maior familiaridade com o problema (GIL, 2008, p. 29-30). Com esse método, pretende-se justificar e documentar a importância da inserção de normas específicas, no Manual SiBI-UFRJ, para a descrição dos livros antigos.

A pesquisa é, ao mesmo tempo, de natureza qualitativa, porque realiza uma análise da literatura disponível sobre o tema abordado e do Manual utilizado como base para a descrição bibliográfica na UFRJ. A análise qualitativa tem por finalidade, além da representação dos dados, a sua explicação para o máximo de entendimento da proposta apresentada (GIL, 2008, p. 175), incluindo as características do livro antigo, as implicações e as dificuldades quanto a elaboração dos registros bibliográficos e a utilização das regras que compõem o corpo da ficha.

Por fim, para ratificar a pesquisa, realizou-se um estudo prático, com leitura crítica dos conceitos referidos, a partir de exemplos que ilustram a proposta, à luz da literatura científica e de boas práticas.

4 HISTÓRICO DO ACERVO EBAOR

A Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes (EBAOR) é detentora de um precioso acervo de livros antigos, originário da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), que pode ser considerado “de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor [...] bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). Essa condição justifica o maior cuidado com sua disseminação e segurança, implicando a necessidade de que sua descrição seja detalhada e uniforme.

Os acervos bibliográficos retrospectivos podem acumular itens que testemunham a ciência registrada e desenvolvida no passado. "As descobertas científicas e as invenções técnicas retrocederiam, e provavelmente desapareceriam, se a comunidade científica não pudesse dispor das informações acumuladas no longo dos anos" (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 22).

Nesse contexto, a EBAOR além de salvaguardar a memória das Belas Artes, preserva e difunde a história das artes e o desenvolvimento do ensino das artes no Brasil. Essas funções conferem à EBAOR "a dupla missão, aparentemente contraditória, de salvaguarda do livro e de garantia de acesso" (CAMPOS, 1997 apud PINHEIRO, 2003).

A formação do acervo da EBAOR decorreu da "vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, e da conseqüente fundação da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA)" (GODOY, 2015, f. 16).

Quando o Príncipe Regente de Portugal, D. João, resolveu instituir o ensino artístico no Brasil, por incentivo de D. Antônio de Araújo de Azevedo, o Conde da Barca, foram contratados artistas europeus, reconhecidos, para a instalação de uma escola de ciências, artes e ofícios. Esses artistas desembarcaram no Rio de Janeiro em março de 1816, e dez anos depois, em 1826 era inaugurada a AIBA, após superar muitas adversidades (ALMEIDA, 2008). Desde então, começou a captação de livros e a preocupação para formar a Biblioteca que, antes mesmo da inauguração formal da Biblioteca, já se configurava em um espaço também utilizado como sala dos professores e de reuniões (ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES, 1831-1841).

A Biblioteca da AIBA só foi aberta em 20 de março de 1834, de acordo com o discurso registrado em ata, pelo Diretor Henrique José da Silva (1772-1834)¹⁶: “Abriu-se então o portão da biblioteca e o porteiro chamando os alumnos, o diretor dirigio lhes a

¹⁶ Henrique José da Silva dirigiu a AIBA entre 1820 e 1834 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola de Belas Artes. História, 2017).

seguinte falla em nome da Congregação: Sres. principia uma nova era para a Academia da Bellas Artes” (ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES, 1831-1841). O acervo básico-histórico foi formado por livros que aqui chegaram com o cortejo de D. João, transferidos da Biblioteca Pública da Corte, de doações de artistas, dos Imperadores, Ministros de Estado e os adquiridos com verba da Instituição (GODOY, SILVA, THIESEN, 2017; UNIVERSIDADE DO BRASIL, 1957, p. 6).

A importância da Biblioteca se evidencia com sua inclusão no projeto da primeira sede da AIBA (GODOY, 2015, p. 52), elaborado pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny (1776-1850)¹⁷, integrante da Missão Artística. Situado à Avenida Passos com a Travessa das Artes, o edifício projetado acomodou a Academia até 1909, quando mudou-se para o prédio assinado pelo espanhol Adolfo Morales de los Rios¹⁸ (1858-1928), à Avenida Central – atualmente, o prédio do Museu Nacional de Belas Artes, à Avenida Rio Branco (ALMEIDA, 2008). O edifício original foi demolido em 1938 (ALEGORIA, 2018), restando apenas o frontão, hoje, sob a guarda do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (GOMES JUNIOR, 2008).

O acervo bibliográfico foi desenvolvido para fins educacionais, objetivando a formação de artistas. Devido à predominância de obras em francês e italiano, a seleção recaía sobre títulos ricamente ilustrados para facilitar a apreensão do assunto (MALTA, 2012) e para difundir a arte europeia, considerando que, então, poucos alunos teriam condições de realizar viagens de estudo. Diante da dificuldade dos alunos com os textos em línguas estrangeiras, Felix Emilio Taunay (1795-1881)¹⁹ traduziu alguns, oferecendo-os aos alunos (GOMES JUNIOR, 2008 apud GODOY, 2015, f. 64-65).

Como parte da organização da biblioteca, em 1846, Taunay compilou uma lista dos títulos disponíveis, em nove páginas manuscritas a tinta, intitulada “Elementos do catálogo da Biblioteca” (UNIVERSIDADE DO BRASIL, 1957), incluindo a indicação abreviada do título e, na maioria dos casos, identificando a autoria e indicando informações relativas à imprensa, à extensão e à sua procedência do item. É possível avaliar a qualidade dos itens que compunham o acervo da biblioteca a partir da transcrição abreviada, que se fez necessária para ilustrar esta pesquisa (Cf. TAUNAY, 1846, Quadro).

¹⁷ Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny foi nomeado professor de arquitetura da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, depois, Academia Imperial de Belas Artes, em 1816 e ali lecionou até sua morte (GRANDJEAN..., 2014).

¹⁸ O arquiteto Adolfo Morales de los Rios ingressou na AIBA como professor em 1897 e deu aulas de projeto, desenho, história e teoria da arquitetura até o ano de seu falecimento (ADOLFO..., 2014).

¹⁹ Felix Emilio Taunay dirigiu a AIBA de 1834 a 1851 (MATOS, 2012).

A lista de Taunay apresenta efetivamente 83 entradas, com livros-texto, dicionários, biografias, cadernos, álbuns, almanaques, retratos, guias, atlas, fascículos de periódicos, arranjadas em duas partes. A primeira, sob o título geral, ocupa as p. 1 a 8 e apresenta 76 entradas numeradas pelo compilador, e mais uma inserida entre as entradas 61 e 62, numerada como “61 bis”, perfazendo 77 registros. A segunda, na última página, sob o título “Obras que se achão em deposito na Biblioteca”, inclui 6 itens, sob sequência numérica incompatível com a primeira parte, de 64 a 69 inscrita a lápis, somando com a primeira parte 83 entradas.

As obras no Catálogo têm como datas-limite de publicação os anos de 1551 (nº 18) e 1846 (nº 53), havendo de considerar que são vários os títulos sem indicação de datas e de outras notas tipográficas.

Ao examinar o catálogo, Gomes Junior (2008) relevou todos os itens arrolados como parte de um mesmo conjunto. Já Godoy (2015, f. 68) considerou apenas o total de 77 itens da primeira parte, provavelmente, porque esse conjunto era de material iconográfico.

Nesta pesquisa, o total de 83 itens foi considerado como o conjunto fundador do acervo da biblioteca, por conta de uma informação manuscrita, quase apagada pelo tempo, na última página de que os itens daquela lista complementar foram “encadernados em fins de 1846 a custa da Academia”, seguida de outra, bem nítida, de que os itens “Passaraõ a ser propriedade da Academia em 1848” (TAUNAY, 1846).

Elementos do // Catálogo da // Biblioteca.* [manuscrito a tinta] *podem ocorrer erros de transcrição por conta da letra manuscrita		
Sequência numerada	Título (abreviado)	Data de publicação (indicada na imprensa)
[Folha 1]		
1	Le Musée Français	1813
2	Antiquités de la France	1804
3	Annales du Musée et de l'école moderne	1801
4	Traité de perspective linéaire	1823
5	Traisté de perspective linéaires simplifíee	1828
6	Elemens de perspective pratique	1820
7	Iacomo Barrozo Vignola	s.d.
[Folha 2]		
8	Serlis	1584
9	Felisbeira	1697
10	Thomassin	1694
11	Bibiena	1745
12	Bibiena	1753
13	Percier	1798
14	Collection de statues	s.n.t.
15	Dictionnaire des beaux-arts	1806
16	Flora Fluminenses	1827
[Folha 3]		
17	Andrea Putei. Perspectiva pictorum, 2 pt.	1741 / 1737
18	Serlio	1551
19	Grandjean de Montigby	1815
20	Portraits de tous des souverains	1818
21	Beaugean	1814 (a lápis)
22	Lechevallior	1799
23	Recueil des costumes Français	1810
24	Museo Fiorentino	1752
25	El Museo pictorico	1724

Imagem 1, a – Compilação do catálogo do Taunay. Fonte: (PINHEIRO, Ana Virginia, 2018).

[Folha 4]		
26	Dictionnaire des artistes	1831
27	Institut Imp. De France	[1815 ou 1835?]
28	Histoire de la vie et des ouvrages de Raphael	1835
29	Histoire de la vie et des ouvrages de Michel.ange	1835
30	Pisa illustrata	[1812 ou 1842?]
31	Tancredo de Voltaire	1839
32	Biographie des plus célèbres architectes	1830
33	Monuments et ouvrages d'art antique	1839
34	Etudes des Passions appliquées	[1833 ou 1855?]
35	Anatomie des formes	[s.d.]
[Folha 5]		
36	Notices sur les principaux	1839
37	Architecture de Bullet	1831
38	Discours sur l'industrie	1825
39	Um caderno de gravuras	[s.n.t.]
40	Collection des médailles du règne de Louis XV	[s.n.t.]
41	6 cadernos da galeria contemporânea Brasileira	[s.d.]
42	2 cadernos do Rio de Janeiro pittoresco	[s.d.]
43	Atlas genealógico	[s.d.]
44	8 cadernos da obra periódica intitulada Retratos de Varões e Donas	1806
45	2 cadernos de um hymno e um Te-Deum	1843
46	1 caderno Propositions du corps humaines	[s.d.]
[Folha 6]		
47	Médailles?[Perda de suporte] du Règne de Louis XV	[s.d.]
48	Spanish Scenery	1838
49	Traité sur l'art de la charpente[?]	[s.d.]
50	Almanach Royal	[s.d.]
51	Oiseaux remarquables du Brésil	[s.d.]
52	Tregi trovati	1833
53	Esboços da Cidade de Napoles	1846
54	Dictionnaire universel d'histoire et de geographies	1845
55	Visite dei pittor Vasari	[s.n.t.]
56	16 volumes da l'Histoire Romanica[?]	1769
57	Principi di dArchitettura	1823

Imagem 1, b – Compilação do catálogo do Taunay. Fonte: (PINHEIRO, Ana Virginia, 2018).

[Folha 7]		
58	Nuovo Corso d'Architetura	1835
59	Voyages autor du monde	1833
	Atlas hydrographique du r[...] voyage	[s.n.t.]
	de l'Albuns pittoresques du r[...] feuilles 73	[s.n.t.]
60	Atlas hydrographique de la Co[...]ette	1833
61	Atlas d'histoire naturelle	[s.d.]
61 bis	Une des vistes[?] le plus célebres de la Grèce Antique	[s.n.t.]
62	Architectomographie des theatres	1837
63	Le guide de l'ornameniste	1826
64	L'Eneide di Virgilio	[s.d.]
65	Raccolta di Cento Costumi antichi	[s.d.]
66	Nuova raccolta di cinquanta motifs	1810
[Folha 8]		
67	Racolta di cinquanta costumi di Napoli	1817
68	Biblioteca clássica pitoresca	[s.d.]
69	Tratado completo de cosmographia	[s.n.t.]
70	La S[...]iggina Pittoresca	[s.n.t.]
71	Compendio del viaggio pittorico della Toscana	[s.n.t.]
72	Due Trattati di Benvenuto Celline	[s.n.t.]
73	Elementi di l[...]ttorica	[s.n.t.]
74	Intera collgione de tutte le Opere dal	[s.n.t.]
75	Monumenti antiche ineditis	[s.n.t.]
76	Richerche dopera un Apolline	[s.d.]
[Folha 9]		
	Obras // Que se ahaõ em deposito na Biblioteca.	
[lápiz]64	Oeuvres de'histoire naturelle	1779
[lápiz]65	Oeuvres de Callot et Bella // recyeuk	[s.n.t.]
[lápiz]66	Portraits divers // recueil	[s.n.t.]
[lápiz]67	Portraits divers // recueil	[s.n.t.]
[lápiz]68	Portraits divers // recueil	[s.n.t.]
[lápiz]69	Portraits divers // recueil	[s.n.t.]
	[a lápiz] Encadernados em fins de 1846 // a custa da Academia	
	Passaraõ a ser propriedade da Academia em 1848	

Imagem 1, c – Compilação do catálogo do Taunay. Fonte: (PINHEIRO, Ana Virginia, 2018).

Godoy (2015, f. 68), em sua análise, inferiu que o catálogo fora arranjado por ordem de entrada na biblioteca, considerando que o item identificado sob o número 1, *Le Musée Français*, publicado em 1803, foi incorporado ao acervo ainda em formação no ano de 1827, conforme termo de doação assinado pelo Imperador D. Pedro I, onde consta que o exemplar pertenceu a D. João VI.

Essa inferência foi entendida como possível, assim como, é igualmente viável que a primeira obra do catálogo seja aquela que o compilador considerou de maior importância, em face de sua proveniência. Uma vez que, diante da informação que consta do Catálogo, os demais itens ou “foram doados pelo diretor” ou foram adquiridos através do “Fundo da Academia” (TAUNAY, 1846). De fato, o catálogo não sinaliza, com efetividade, qualquer forma de arranjo – a própria sequência numerada pode remeter à localização fixa dos itens, sistema praticado à época (PINHEIRO, 2007).

Segundo Alfredo Galvão (UNIVERSIDADE DO BRASIL, 1957, p. [3]), após um inventário em 1957, constatou-se que a Biblioteca possuía apenas 17 dos 83 títulos listados por Taunay. No inventário de 2016, os mesmos 17 títulos foram verificados e utilizados na exposição comemorativa dos 200 anos da Escola de Belas Artes.

Em 1840, Manuel de Araújo Porto-alegre (1806-1879)²⁰ doou 40 obras para o acervo da Biblioteca. Em sua gestão ocorreu a reforma conhecida como Reforma Pedreira, instituída em 1855, e marcada pela aquisição de novos livros para o acervo da Biblioteca, notadamente, manuais e livros técnicos (GODOY, 2015, f. 70).

No relatório de 1872, Tomás Gomes dos Santos (1803-1874)²¹ fez constar que a biblioteca possuía 834 volumes impressos, e que a maior parte era ilustrada (RIO DE JANEIRO, 1872 apud GODOY, 2015, f. 46). Segundo Dias (1945, p. vi), o acervo da EBAOR possuía livros raros, desde sua formação.

Em 1898, o Ministro Amaro Cavalcante publicou no periódico “Notícia Histórica” que “a Escola Nacional de Belas Artes [... possuía] uma biblioteca de 2.500 obras aproximadamente” (DIAS, 1945, p. vi).

Em 1921, sob a direção de João Batista da Costa (1865-1926)²² foi publicado um catálogo da Biblioteca (UNIVERSIDADE DO BRASIL, 1957, p. 5). Anos depois, um outro catálogo, formado pelas obras raras e valiosas da Biblioteca da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) – denominação pós República –, foi elaborado por Antônio Caetano Dias²³ e lançado em 1945, após, “verificada a existência de uma quantidade apreciável de obras de

²⁰ Manuel de Araújo Porto-alegre dirigiu a AIBA de 1854 a 1857 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola de Belas Artes. História, 2017).

²¹ Tomás Gomes dos Santos dirigiu a AIBA de 1857 a 1874, até sua morte (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, [2005-2015]).

²² João Batista da Costa dirigiu a AIBA entre 1915 e 1926 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola de Belas Artes. História, 2017).

²³ Organizador da Biblioteca Castro Alves do INL, diretor do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional desde 1948, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia do Rio de Janeiro (PEREGRINO, 1967, p. v).

grande valor”, quando o Diretor do Instituto Nacional do Livro decidiu “que se executasse a catalogação dessa interessante parte do acervo geral da Biblioteca” que, em 1944, contava em mais de sete mil volumes (DIAS, 1945, p. v, vii).

“Por muito tempo acreditou-se que os acervos bibliográficos representativos da memória bibliográfica impressa, estivessem armazenados apenas na Biblioteca Nacional” (DIEGUEZ, 1969 apud PINHEIRO, 1990), com a publicação de catálogos de obras raras, verificou-se que outras instituições possuíam acervos bibliográficos tão antigos quanto o da Biblioteca Nacional e que, talvez, ainda possuíssem exemplares únicos (PINHEIRO, 1990). Esses catálogos, como o da EBAOR, ressaltam a idade e o volume das coleções especiais e de memória espalhadas pelo Brasil.

Em 1937 a ENBA foi incorporada à Universidade do Brasil (futura Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ). No mesmo ano, o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) foi criado, passando a dividir o espaço do prédio com a Escola (PEREIRA, 2008), na Av. Central.

Quando dirigiu a Escola, Alfredo Galvão (1900-1987)²⁴ dedicou-se ao desenvolvimento da Biblioteca, realizando significativas doações de sua coleção pessoal para o acervo. Galvão colaborou na elaboração do catálogo da Biblioteca, publicado pela Universidade em 1957. Esse catálogo arrola obras raras e valiosas do acervo. Na época, a biblioteca contava com “8.800 volumes, 190 folhetos e 500 periódicos [... onde] inúmeras obras [eram] de inestimável valor e raridade” (UNIVERSIDADE DO BRASIL, 1957, p. [3]).

A transferência da ENBA para o Prédio da Reitoria da UFRJ, na Ilha do Fundão, ocorreu em 1975, passando a ser designada como Biblioteca Professor Alfredo Galvão. Com a mudança, uma parte considerável do acervo permaneceu no MNBA (PEREIRA, 2008).

Na UFRJ, a segmentação do acervo que levou à formação da coleção de livros raros e especiais da Biblioteca Professor Alfredo Galvão da Escola de Belas Artes (EBA) foi iniciada pelas bibliotecárias Maria Lucia de Souza Alencar e Marinalda de A. Melo Athayde, na década de 1980. Porém, por falta de espaço físico, tanto a coleção geral quanto a de livros raros e especiais eram acomodadas na mesma sala, com acesso restrito a todo o conjunto (ATHAYDE, 2017).

O espaço atual da Biblioteca foi ocupado na primeira década dos anos 2000, a partir da preocupação que se acentuou naquele período com a segurança das obras consideradas raras e especiais, e da necessidade de identificá-las com maior detalhamento e de armazená-las

²⁴ Alfredo Galvão dirigiu a ENBA de 1955 a 1958 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola de Belas Artes. História, 2017).

separadamente, numa coleção definida. Na ocasião, foi realizado um levantamento pelo professor Almir Paredes Cunha (n. 1935)²⁵, dos itens considerados raros em bibliografias especializadas (ATHAYDE, 2017).

O conjunto das obras apartadas, após esse levantamento, evidencia que se formou uma coleção especial a partir da consideração de “seu valor artifactual ou monetário, pelos formatos físicos que armazenam, pela singularidade ou raridade dos itens, e/ou pelo compromisso institucional com a preservação e o acesso em longo prazo” (PINHEIRO, 2015b).

Em 2006, devido ao Projeto de Reformulação do Museu D. João VI²⁶, a coleção geral da biblioteca foi remanejada para o segundo andar do prédio da Reitoria da UFRJ; enquanto a coleção especial permaneceu no sétimo andar, que também acolheu o Museu. A reformulação integrou, “no sétimo andar, todas as coleções históricas da EBA, constituindo um verdadeiro centro de memória da instituição e facilitando, dessa forma, não apenas os cuidados com conservação e vigilância, mas também o acesso dos usuários a sua pesquisa” (PEREIRA, 2015).

No período entre os anos de 2010 e 2012 a coleção de livros raros e especiais desvinculou-se da estrutura orgânica da Biblioteca Professor Alfredo Galvão, em face do reconhecimento de seu acervo diferenciado; e, atualmente tem chefia e equipe, voltadas exclusivamente para seu funcionamento. Em 27 de novembro de 2012, após esforços das bibliotecárias Selma Sodré e Rosani Godoy, o espaço da EBAOR foi remodelado e a Biblioteca foi oficialmente inaugurada (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola de Belas Artes, Biblioteca..., 2017b; PEREIRA, 2008).

Segundo a professora Marize Malta (2012), o acervo da EBAOR reúne obras consideradas significativas para a “construção do conhecimento do aluno”, obras de “cunho principalmente formativo” que têm a missão de esclarecer questões, “trazer saberes”, complementar às aulas, auxiliar os mestres na transmissão de determinadas técnicas, percepções, discussões e “atualizar os conhecimentos do fazer, ver e analisar arte”. Tais ponderações ratificam a ideia de que uma “[...] biblioteca pode ser tomada como índice da inteligência da instituição que a abriga, mesmo que essa inteligência indique apenas uma potencialidade” (GOMES JUNIOR, 2008),

²⁵ Almir Paredes Cunha dirigiu a EBA de 1976 a 1980 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola de Belas Artes. História, 2017). Informação da data de nascimento fornecida por Carlos Terra, professor da EBA, em junho de 2018.

²⁶ Criado em 1979 com as peças que foram transferidas com a Escola (PEREIRA, 2008).

A EBAOR tem um acervo de aproximadamente 9.100 itens divididos em publicações monográficas, referências e periódicos. O acervo é especializado em artes abrangendo as áreas de: Pintura, Desenho, Escultura, Filosofia, História, Indumentária, Arquitetura, Paisagismo, Literatura, Artes Decorativas, Anatomia, Geometria e Psicologia.

A inclusão do acervo da Biblioteca na Base Minerva se concluiu em janeiro de 2018, com descrição bibliográfica em segundo nível, em face da emergência do controle e de registro dos livros salvaguardados. Pretende-se aperfeiçoar a descrição utilizada, como rotina, de acordo com a demanda dos usuários e concomitante às demais atividades desenvolvidas na EBAOR. Para a facilitação e a uniformização da descrição, a inclusão das regras inerentes ao livro antigo no “Manual para entrada de dados na Base Minerva” do SiBI-UFRJ faz-se essencial.

Desde a institucionalização do Sistema de Informação e Bibliotecas da UFRJ, entre 1983 e 1989, com a responsabilidade de gerir a interação das bibliotecas com a Universidade, houve modificações na estrutura administrativa; o SiBI-UFRJ passou a ser o responsável pela elaboração das políticas e a padronização das atividades desenvolvidas na EBAOR, assim como, em todas as bibliotecas que integram o Sistema (MELLO; AMARAL, 2012; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Biblioteca e Informação, Apresentação..., 2017)

Com a disponibilização da Base Minerva na internet, no início do século XXI, a catalogação ganhou dimensão e visibilidade fora da Universidade, desta forma, “cresceu a necessidade de que os catalogadores passassem a ter maior responsabilidade, preocupação e cuidado com a qualidade final de seu trabalho” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Biblioteca e Informação, Manual..., 2011).

A inexistência de padrão para o serviço técnico, o investimento em tecnologia e a importância do registro das atividades elaboradas pelas bibliotecas incentivaram ao SiBI-UFRJ a elaborar uma publicação, visando a melhoria da qualidade dos registros bibliográficos e da produtividade dos serviços, com normas e procedimentos do tratamento técnico, servindo como instrumento de organização, controle e de instrução aos bibliotecários.

Essa padronização necessária, definida por normas técnicas amplamente aceitas e adotadas, é “essencial para o desenvolvimento das bibliotecas, principalmente daquelas que se estruturam de forma sistêmica” (CHASTINET, 1992). Diante disso, com o início da implantação do ALEPH, precisamente em 1998, a publicação do manual “Procedimentos para catalogação na Base Minerva” foi a primeira iniciativa do SiBI-UFRJ para estabelecer “unidade e consistência nos critérios adotados pelos bibliotecários da catalogação”

(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Biblioteca e Informação, Manual..., 2011).

Na medida do uso, o Manual, sofreu adequações e atualizações, sob novo nome, “Manual para entrada de dados de monografias na Base Minerva”, até 2017, quando se publicou a edição em vigor. Apesar dos esforços do SiBI-UFRJ para organização e padronização das atividades das bibliotecas, o Manual ainda evidencia-se como instrumento para processamento de acervos correntes.

As diferentes coleções, como a da EBAOR, compostas por livros antigos, requerem diferentes métodos para sua representação descritiva. Portanto, a compreensão sobre as especificidades e a necessidade da descrição detalhada dos livros antigos são fundamentais para a inclusão de regras específicas no Manual SiBI-UFRJ, e conseqüentemente, para a padronização dos registros dessas coleções na Base Minerva.

5 A DESCRIÇÃO BIBLIOLÓGICA DE LIVROS ANTIGOS

Esta seção constitui-se de informações básicas para os bibliotecários responsáveis pelo tratamento de livros antigos, de acordo com as multiplicidades da apresentação dos elementos que constituem o corpo da ficha, embasada na literatura, nas recomendações da ISBD(A) e nas boas práticas.

“Se a catalogação de livros modernos pode gerar incertezas e problemas, o ordenamento complexo e a descrição detalhada de um livro [...] antigo” (PINHEIRO, 1990) enumera adversidades, tanto na determinação de sua singularidade, quanto na recuperação dos registros. Cada exemplar de livro antigo possui uma originalidade intrínseca, que requer princípios normativos e decisões intelectuais mais complexas que para os livros impressos (PINHEIRO, 1990).

A catalogação de livros antigos é uma especialidade da Biblioteconomia de Livros Raros, sua descrição e representação exige o “domínio da História do Livro e das Bibliotecas, da Bibliologia e da Bibliografia, expressos, respectivamente, na análise bibliológica e na pesquisa bibliográfica” (PINHEIRO, 2015a).

A análise e a pesquisa bibliográfica auxiliam o bibliotecário na descrição bibliográfica, esmiuçando as informações do exemplar em mãos, esclarecendo suas dúvidas quanto aos seus dados, com o propósito de tornar o livro antigo singular e recuperável. Tais detalhes determinam as diferenças em relação à catalogação de livros antigos e de acervos correntes.

A análise bibliográfica “envolve a inventariação do livro, dando prova de sua existência, se está absolutamente completo e conforme seu original, apontando as diferenças entre exemplares” (Informação verbal²⁷), reconhecendo “seus elementos, para descrevê-lo [...], a partir de terminologia específica, amplamente dicionarizada e referenciada” (PINHEIRO, 2012).

Ainda que a tipografia tenha mecanizado a impressão do livro, sua produção permaneceu artesanal, as placas para impressão eram elaboradas manualmente. Dessa forma, essa mecanização, que também ambicionou a uniformidade, não foi alcançada, pois frequentemente erros tipográficos eram encontrados nas impressões (ARAÚJO, 2008). Por essa razão, o sentido de integridade pode ter variada noção, era comum na época a correção de erros tipográficos, detectados durante o trabalho de impressão, sem a menção desse acerto, apresentando, assim,

²⁷ Informação fornecida pela professora Ana Virginia Pinheiro no curso de extensão “Livro Raro: Formação e Gestão de Coleções Bibliográficas Especiais”, na Bahia, em novembro de 2009.

dois ou mais exemplares distintos na mesma tiragem, os chamados “estados” de tiragem (SANT'ANA, 2001).

A autenticidade das variâncias, subtrações e acréscimos de elementos nas publicações antigas são quase inviáveis apenas pela exclusiva conferência, ressaltando a necessidade da pesquisa para a descrição dos dados (PINHEIRO, 2015b). Assim, a pesquisa bibliográfica, também, mostra-se fundamental para a identificação e descrição dos elementos do livro (PINHEIRO, 2012). Quanto mais completa a fonte de pesquisa, mais minuciosa será a descrição do livro, permitindo a identificação de edições e variações significativas da publicação.

O responsável pelo tratamento de livros antigos deve ter em conta a importância de conhecer a história e as características dos livros antigos, bem como reconhecer fontes fidedignas de pesquisa bibliográfica.

5.1 A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DO LIVRO

Dada a variedade do caráter do livro antigo, conhecer a história do livro e de sua produção se faz necessário por ser o ponto de partida para definições de procedimentos em relação à sua descrição, como, por exemplo, o apontamento da data de produção do livro e a caracterização do seu valor (PINHEIRO, 2014). Segundo Otlet (1934, p. 38, tradução nossa), "uma história do livro detalhada é um recurso, uma fonte incomparável para a compreensão real do livro".

Durante os aproximados quatro séculos de história do livro antigo (códice), é evidente a evolução do seu leiaute (REYES GÓMEZ, 2010), principalmente da página de rosto, onde se apresentam os elementos principais da obra, os que formam o corpo da ficha – objeto da pesquisa.

As modificações textuais e editoriais foram realizadas para facilitar o acesso e a compreensão da informação registrada no livro, conforme a demanda dos comerciantes e dos leitores. Sem parâmetro, os primeiros livros impressos permaneceram com o mesmo aspecto dos manuscritos, embora, "importa assinalar, [...] que em termos de padronização da forma do livro o progresso foi muito rápido" (ARAÚJO, 2008).

A página de rosto começou a ser elaborada ainda no século XV, mas é no século XVI que ocorre sua propagação e sua evolução. Nos incunábulo, as atribuições de autoria e a indicação do título eram irregulares, por vezes, apresentadas na recente página de rosto e, outras, no colofão (AZEVEDO, 2015; REYES GÓMEZ, 2010). Nesse período foram

incluídas as ornamentações (xilográficas), como brasões, marcas tipográficas e vinhetas; muitas publicações foram impressas com a ilustração predominando toda a extensão da página de rosto (AZEVEDO, 2015).

No século XVII ocorre a consolidação da página de rosto, com todos os dados de identificação básica (autor, título e imprenta). No decorrer do século os elementos ilustrativos diminuem e os tipográficos predominam, os títulos ficam prolixos e as páginas de rosto são reconhecidas por carregarem muitas informações. Diferentes tipos são incorporados, atribuindo mais particularidades aos livros impressos na época, “e até a inserção de linhas em tinta vermelha que, combinados com preto, criam um efeito notável” (REYES GÓMEZ, 2010, tradução nossa).

A mecanização e a mudança das diversas fontes de energia motriz aceleraram a produção do livro durante os séculos XV, XVI e XVII, “possibilitando um maior volume de edições, seja sob o aspecto das quantidades editadas, como também da diversidade dos títulos publicados” (FERNANDES, 2001), ganhando significativo impulso no século XVIII (PINHEIRO, 2006).

O progresso tecnológico viabilizou o advento da impressora rotativa, das reproduções fotomecânicas e o aperfeiçoamento da máquina de fabricar papéis, que tornaram o livro uma produção totalmente realizada pela lógica fabril (FERNANDES, 2001). “O século XIX é o século da imprensa, [...] da padronização e simplificação do livro [...]”, que, conforme regulamentações editoriais, passaram a apresentar apenas os elementos básicos de identificação do livro (ORTEGA Y GASSET apud HORTA, 1998 apud PINHEIRO, 2003).

A evolução do projeto e da confecção do livro esclarece a escolha do limite da data de publicação, 1801 (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1985), como critério de demarcação para os livros antigos não foi por uma questão “puramente cronológica” e, sim, baseada na mudança da impressão e do caráter simplificado imposto pela indústria livreira, desconstruindo a estética artesanal da produção. Em consequência, os elementos representativos dos livros foram reduzidos, tornando o seu detalhamento dispensável (PINHEIRO, 2003).

Assim sendo, expôs-se o resumo da História do Livro para evidenciar a necessidade do seu domínio pelo bibliotecário catalogador de livros antigos, principalmente no que concerne o reconhecimento dos elementos apresentados em uma obra, para que seu registro e uso dos termos sejam adequados e corretos.

5.2 A DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS DO CORPO DA FICHA DE LIVROS ANTIGOS E SUAS ESPECIFICIDADES

A ISBD(A) releva como ideal, a descrição bibliográfica do livro antigo pelo exemplar completo, registrando as características que o personalize, as alterações e os seus erros (PINHEIRO, 2012), indicando a comparação com a cópia reconhecida como completa da biblioteca ou com uma versão digital (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2006).

Embora todas as áreas sejam importantes para a descrição do livro antigo, a presente pesquisa aplica-se às transcrições dos elementos que representam o livro, geralmente, dispostos na página de rosto: título, responsabilidade, edição e imprenta – o corpo da ficha (DIAS, 1967, p. 33), divididas na ISBD nas seguintes áreas:

- área 1 – indicação de título e responsabilidade;
- área 2 – edição; e,
- área 4 – publicação, produção, distribuição e etc. (Imprenta) (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2006).

5.2.1 Indicação de título e responsabilidade

O título é a primeira informação que deve aparecer no registro bibliográfico dos elementos que formam o corpo da ficha. É importante sua transcrição sem abreviações (DIAS, 1967, p. 35), mesmo que se configure em títulos extensos, uma vez que, “não há simplificação cabível no universo do livro [antigo]” (PINHEIRO, 2012). Na abreviação há risco na mudança de sentido, de perda de informação essencial ou de introdução de erros gramaticais, dependendo do idioma da obra (MARTÍN ABAD; BECEDAS GONNzáLEZ; LILAO FRANCA, 2008, p. 77). O título transcrito em toda sua extensão ainda garante “a distinção de títulos assemelhados” (PINHEIRO, 2012).

No entanto, nem todos os recursos eletrônicos favorecem a recuperação de títulos que podem alcançar cinco, oito linhas de texto, com sinais diacríticos e de pontuação que, hoje, não oferecem o mesmo sentido de então, sobrecarregando estruturas de registro e recuperação predelineadas, geralmente, para livros correntes, cujos títulos têm forma e extensão bastante reduzidas (PINHEIRO, 2012).

A dificuldade do bibliotecário na transcrição e no registro do título amplia-se no momento da análise do texto e da sua interpretação, devido a grafias em escritas complexas, e

caracteres com difícil leitura, com letras ornamentadas, erros e abreviaturas. Os caracteres da escrita gótica ou carolíngia são os mais comuns nos livros antigos.

A escrita gótica, geralmente, era utilizada para compor o texto das páginas de rosto de livros de luxo ou litúrgicos, uma “escrita em letra de fôrma ou formada de módulo grande e regularidade quase geométrica”. E a escrita carolíngia foi utilizada em inúmeras publicações após se popularizar no século XVIII, sua principal característica é a letra “S” assemelhada a “F” (PINHEIRO, 2006).

É importante também destacar a recorrência de obras que são mais conhecidas por uma palavra, expressão ou apelido, do que, seu título propriamente dito, esses são constatados na pesquisa e devem ser incluídos no registro bibliográfico.

Vale, ainda, ressaltar, as adversidades das indicações de responsabilidade, que também integram a “área 1”:

- obras anônimas;
- uso de anagramas ou apenas as iniciais em substituição do nome completo;
- uso de pseudônimos;
- homônimos;
- vários responsáveis por uma única obra; e
- ainda, ocasionalmente, encontra-se alteração de sobrenomes, ocultação de nomes ou apenas a indicação de titulação (REYES GÓMEZ, 2010).

Dada as complexidades na descrição da “área 1”, seu registro envolve impreterivelmente a pesquisa bibliográfica, e, muitas vezes, a consulta a especialistas em línguas mortas, como o latim.

5.2.2 Edição

"Todas as cópias de um recurso (ou de manifestação) produzidas pela mesma matriz e publicadas pela mesma instituição ou pessoa" (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 114) possui a mesma edição. A impressão ou tiragem de uma obra deve ser analisada e indicada com atenção, devido à falta de uniformidade com que os editores empregavam os termos "edição", "impressão", "tiragem" e, até, "impresso de novo" e seus equivalentes em outras línguas, a fim de que possa interpretá-los conforme as definições de uso corrente (DIAS, 1967, p. 35).

Reitera-se, ainda, a necessidade de atenção para a variação na publicação, sem a indicação de tiragem ou edição, em consequência de erros e de sua omissão.

5.2.3 Imprensa

A imprensa, igualmente, as áreas 1 e 2 são apresentadas no idioma do texto (REYES GÓMEZ, 2010), sendo assim, alguns fatores exigem atenção na transcrição quanto ao local e ao responsável pela publicação, como, os lugares grafados em sua forma antiga. Deve-se considerar a recomendação da ISBD(A) para acrescentar a forma atual do local entre colchetes após a forma indicada no livro. Para tanto, a pesquisa bibliográfica deve ser realizada. É importante acrescentar o cuidado em estipular um país, como recomenda o AACR2, em virtude da indefinição de fronteiras da época da publicação da obra.

A transcrição dos dados do impressor é essencial, mesmo que também, haja a informação do editor, pois, o principal responsável pela produção do livro até o século XVI era considerado o impressor, o editor ganhou maior destaque com o passar dos anos, além de ser mais um dado de identificação da edição (REYES GÓMEZ, 2010).

É recomendável prudência na indicação do editor/impressor, pois era corrente a falsificação dos dados da imprensa, para driblar a censura ou evitar a competitividade desleal do mercado livreiro antigo. Há obras publicadas por mais de um editor/impressor, que repetiam o nome do editor/impressor original, induzindo ao erro para a venda, e consequentemente, para a sua descrição (REYES GÓMEZ, 2010).

Autores e impressores realizavam modificações e falsificações dos elementos da imprensa do livro antigo, há ocorrências de erros nos caracteres ou escolha de datas diferentes da impressão e publicação, simplesmente, “porque o impressor assim designou por motivo particular. [...] Esse erro ou fraude prejudica [...] o trabalho do mais instruído bibliófilo, exigindo [...] muita atenção e pesquisa” (PINHEIRO, 2006) para a legibilidade dos dados.

Além das precauções na análise dos dados dos responsáveis pela impressão/edição e local, as variações da apresentação da data também torna complexa a transcrição da área da imprensa. É frequente um livro antigo expressar sua data em escrita por extenso, em caracteres romanos antigos e até em combinação entre o extenso e os caracteres romanos. Para a transcrição da data e a atribuição dos números arábicos dos caracteres romanos é necessário atenção com a posição dos signos, principalmente os impressos com o método ordinário invertido (PINHEIRO, 2006), como no quadro abaixo:

Quadro – equivalência de datas expressas com algarismos romanos antigos e com números arábicos

M CCCC iiij XX VIII	1488
M iiiic iiiii XX Viiij	1488
M LDXV	1465
M CD XCV	1495
M CD XC VI	1496
M iiiii D	1496
M iiij D ou MIII D	1497
M CCCC XC Viiij	1498
M CCCC IIC	1498
M CD XC IX	1499
M cccc IC	1499
M CDC II	1502
M I ⊃ VIII	1508
M ' ⊃ XX	1520
M D XL IIX	1548
c ⊃ ' ⊃ LIII	1554
c ⊃ ' ⊃ XC VI	1596
c ⊃ I ⊃ CX	1610
c ⊃ I ⊃ CXX VI	1626

Fonte: PINHEIRO (2006).

O bibliotecário deve ter, ainda, atenção com os livros antigos que possuem as datas divergentes entre volumes, como, por exemplo, o segundo volume com data anterior ao do primeiro volume, fazendo crer na existência de outras edições.

A omissão da data é uma das características comum do livro antigo, na qual, só a pesquisa e a análise da forma dos caracteres ou marca do papel, pode defini-la ou conjecturá-la (PINHEIRO, 2006).

Sendo assim, a presente seção pretendeu abordar, ainda que não exhaustivamente, pontos significativos que destacam a ausência da uniformidade na apresentação dos elementos nos livros antigos, tanto quanto, a importância da pesquisa bibliográfica, da análise o bibliológica e do bom senso do bibliotecário para a elaboração dos registros bibliográficos desse tipo de material (DIAS, 1967, p. 1).

O livro antigo possui múltiplas especificidades e adversidades em sua descrição, porém, à medida que se aplica as metodologias da descrição bibliográfica normalizada e padronizada pelas diretrizes internacionais, haverá o aperfeiçoamento do tratamento dos acervos especiais do SiBI-UFRJ e entre as bibliotecas cooperantes, traduzindo-se num aumento da quantidade e qualidade da informação disponível na Base Minerva.

6 PROPOSTA DE INCLUSÃO DA DESCRIÇÃO DE LIVROS ANTIGOS NO MANUAL DA BASE MINERVA DO SiBI

Este seguimento apresenta, a partir de exemplos de páginas de rosto de livros antigos que constam no acervo da EBAOR, os elementos para descrição desses livros e as normas pertinentes, de modo a justificar, por demonstração, a inclusão de dados da descrição bibliográfica de livros antigos no Manual SiBI-UFRJ.

Vale reiterar que, nesta pesquisa, o corpo da ficha abrange as seguintes áreas da catalogação: título (incluindo outras formas de título e subtítulo e dados referentes ao autor, à edição, tradução, ilustração) e imprensa (informações sobre a publicação – local, editora e data).

Para evidenciar que as especificidades da descrição bibliográfica de livros antigos não estão atendidas no Manual, optou-se por um formato de demonstração que considerou a sequência dos elementos do corpo da ficha, conforme arranjados nas seções 2 e 3 do Manual. Desse modo, foram transcritas algumas das prescrições do Manual SiBI-UFRJ (2017), seguidas de regras específicas para livros antigos, apontadas na ISBD(A) (2006) e na edição consolidada da ISBD (2012) – essas regras podem complementar e contradizer as prescrições do Manual. A edição da ISBD consolidada foi publicada em Portugal, o que justifica, nas transcrições, algumas diferenças de terminologia biblioteconômica em relação à praticada no Brasil.

Vale esclarecer que as normas da edição consolidada da ISBD dizem respeito às variadas tipologias documentais, pressupondo que o bibliotecário catalogador seja capaz de identificar aquelas que tratam especificamente do tipo documental em processo. Essa situação pode configurar-se como um problema, porque não releva o caráter didático (no âmbito da História do Livro) e mnemônico (no contexto evolutivo da norma, descrevendo de modo sistêmico cada elemento) verificado nas edições anteriores da norma específica – no caso, a ISBD(A). Por isso, foi necessária a consulta, simultânea, das duas edições, em busca de uma identidade normativa (Informação verbal²⁸).

Como o exame e a catalogação de livros antigos oferecem certo grau de dificuldade para aqueles que não vivenciam o cotidiano da Biblioteconomia de Livros Raros, as prescrições e as regras transcritas foram acrescidas, eventualmente, de informações e comentários sobre outras ocorrências verificadas no universo do livro antigo e, na medida do

²⁸ Informação fornecida por Ana Virginia Pinheiro, orientadora desta pesquisa, em outubro de 2017.

possível, ilustradas com exemplos de páginas de rosto²⁹. Essas informações e comentários objetivam ressaltar a riqueza de detalhes e as possibilidades de elementos oferecidos pela página de rosto. Cada exemplo é seguido de sua catalogação (restrita ao corpo da ficha) no formato MARC 21, conforme as regras autorizadas pela IFLA para livros antigos e as prescrições do Manual SiBI-UFRJ (2017).

Desse modo, esta proposta está assim ordenada:

- 1 Critérios gerais para catalogação,
- 2 Nível da descrição bibliográfica,
- 3 Fontes principais de informações por áreas,
- 4 Pontuação automática gerada pelo ALEPH, e
- 5 Campos MARC para entrada de dados de monografias.

Além de não esgotar as possibilidades da catalogação de livros antigos, a pesquisa não exaure as regras referentes ao corpo da ficha para livros antigos. A proposta busca servir como instrumento estratégico, um testemunho do nível de processamento técnico possível para o acervo retrospectivo e precioso nas bibliotecas do SiBI-UFRJ no âmbito das ciências que representam.

6.1 CRITÉRIOS GERAIS PARA A CATALOGAÇÃO

No Manual SiBI-UFRJ (2017, 2.1):

“A entrada de dados dos registros bibliográficos na Base Minerva obedece às normas do AACR2 (*Anglo American Cataloging Rules 2*) e do MARC 21”

Comentário:

No caso de livros antigos, isto é, obras impressas até antes de 1801, a entrada de dados deve considerar as indicações do Manual, no que couber, e as normas da ISBD(A) ratificadas na ISBD consolidada “para recursos monográficos antigos” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2012). Nesse contexto, será sempre necessária a consulta às ISBD, especialmente, para circunstâncias específicas na abordagem do livro antigo, que não constam no Manual.

²⁹ Os exemplos de páginas de rosto foram ordenados um por folha, para melhor leitura dos dados oferecidos.

6.2 NÍVEL DA DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA

No Manual SiBI-UFRJ (2017, 2.3):

“Foi estabelecido que na Base Minerva será adotado o segundo nível da descrição. Portanto os elementos mínimos estabelecidos devem ser mantidos, não sendo permitida a exclusão de qualquer elemento [...]”.

Comentário:

No caso de livros antigos, segundo Christophers (1985, p. X): as descrições [...] são regra geral redigidas com uma finalidade bastante diferente daquela que anima os profissionais quando orientam o registro da produção corrente. [...] dentro dos limites do catálogo, as notícias deveriam circunscrever-se a uma transcrição detalhada e precisa de duas zonas, a do título e a do pé de imprensa [imprenta]. [...] É nestas zonas que o livro impresso artesanalmente apresenta características bem distintas.

As normas de descrição de livros antigos pressupõem o detalhe, não se admitindo a omissão de qualquer elemento que possa, por exemplo, constituir um diferencial entre edições de uma época em que a página de rosto ainda não era padronizada. Desse modo, para livros antigos, é recomendável a adoção do terceiro nível de descrição.

6.3 FONTES PRINCIPAIS DE INFORMAÇÃO POR ÁREAS

No Manual SiBI-UFRJ (2017):

“Para a área de título e da indicação de responsabilidade aponta-se como fonte principal de informação, a página de rosto”.

O Manual apresenta, ainda, um quadro, onde as fontes são indicadas por áreas: “1. Área do título e da indicação de responsabilidade [...] – Página de rosto; 2. Área de edição [...]: Página de rosto, Outras preliminares, Colofão; [...] 4. Área de publicação, distribuição, etc.: Página de rosto, Outras preliminares, Colofão”.

Na ISBD (2012):

Regra A.4.1 – “Para todos os tipos de material a base para a descrição é o recurso no seu todo”.

Regra A.4.2.1.1/Para recursos monográficos: “Quando há mais do que uma página de título para um recurso monográfico numa só parte, seleciona-se aquela que é específica do recurso descrito”.

Regra A.4.2.1.1/Para recursos monográficos antigos: “Quando não se pode selecionar uma página de título substituta [...], as fontes são consideradas pela seguinte ordem: colofão, antetítulo [“informação complementar do título, que o precede e ocorre antes do título próprio, na página de título ou sua substituta [...] Seu uso generalizou-se apenas no século XIX” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 55)], título de apresentação do texto [título impresso à cabeça da primeira página de texto], título rotular [“título e indicação de uma obra que aparecem impressos nos incunábulo na parte superior de uma folha solta que é colocada no início da obra e, por vezes, no reverso da última folha” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 707)], título corrente, incipit [início do texto], explicit [finalização do texto], palavras de introdução do texto principal, palavras de introdução do recurso. Em cada descrição apenas uma página, parte de página, ou parte do recurso pode ser considerada página de título substituta”.

Na ISBD(A) (2006):

Regra 0.5.2 – “Fontes de informação” [...] Área: – “1. Título e indicação de responsabilidade: Página de título [de rosto]; 2. Edição: Página de título; [...] 4. Pé de imprensa [imprenta]: Página de título, colofão e páginas preliminares, seguindo esta ordem”.

Comentário:

A página de rosto é confirmada como fonte de informação preferida para recursos monográficos antigos nas ISBD. Além disso, a norma enumera diferentes formas de páginas de rosto que podem ocorrer no livro antigo (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2012, regra 1.1.4.2.2, p. 88), considerando a história de sua evolução e determinando o procedimento a serem seguidos pelo catalogador:

1. página de rosto dupla, em páginas opostas (face a face) – deve ser escolhida a página da direita (reto);
2. página de rosto múltipla, com duas ou mais páginas de rosto em sequência, na página da direita (reto) – deve ser escolhida a primeira, “a não ser que se perceba claramente que a primeira seja para anular);

3. página de rosto impressa e página de rosto gravada – deve ser preferida a página impressa, caso ocorra; do contrário, a página gravada será a única opção (Exemplo 1, indicativo 1).
4. Nesse conjunto, além dos vários tipos de páginas de rosto que ocorrem igualmente no livro antigo e no livro corrente, pode-se incluir a página de rosto inexistente, comum no livro antigo: a obra pode não a possuir originalmente, como é o caso dos incunábulos – obras impressas no período inicial da tipografia, no século XV (PINHEIRO, 1995, P. 179) – ou tê-la perdido com o tampo. No caso de não se dispor de uma página de rosto substituta deve ser escolhido o segmento da obra que possuir mais elementos para sua identificação, identificando-o na área de nota.

No caso de livros antigos, a página de rosto pode não ser tão evidente quanto nos livros correntes; podendo exigir, por exemplo, conhecimentos elementares de Arte para sua identificação. Um bom exemplo se verifica quando a página de rosto é total ou parcialmente gravada em metal, em face da ocorrência do testemunho (**Exemplo 1**, indicativo 1) – o testemunho é o “rebaixamento dos bordos de uma estampa, causado pela matriz quando calcada contra a folha de papel durante a impressão” (GRANDE Enciclopédia Delta Larousse, 1970 apud PINHEIRO, 1995). Outra informação relevante para a identificação de uma página de rosto gravada são as assinaturas dos artistas envolvidos na sua produção, que aparecem comumente no rodapé da gravura, identificando quem desenhou e quem gravou (**Exemplo 1**, indicativo 2).

6.4 PONTUAÇÃO AUTOMÁTICA GERADA PELO ALEPH

No Manual SiBI-UFRJ (2017, 2.4):

“Há pontuações (pontuações prescritas no AACR2) que são incluídas automaticamente pelo Aleph quando o registro é salvo no sistema”.

Na ISBD (2012):

Regra A.3.2.1 – “[...] A introdução de outra pontuação [complementar] fica ao critério da agência catalogadora [...]. Mantém-se a pontuação prescrita ainda que daí resulte uma pontuação dupla”.

Regra 1.1.3.4 – “Um título alternativo é parte do título próprio, [primeiro título que figura na fonte de informação preferida]. Não há nenhuma pontuação prescrita antes ou

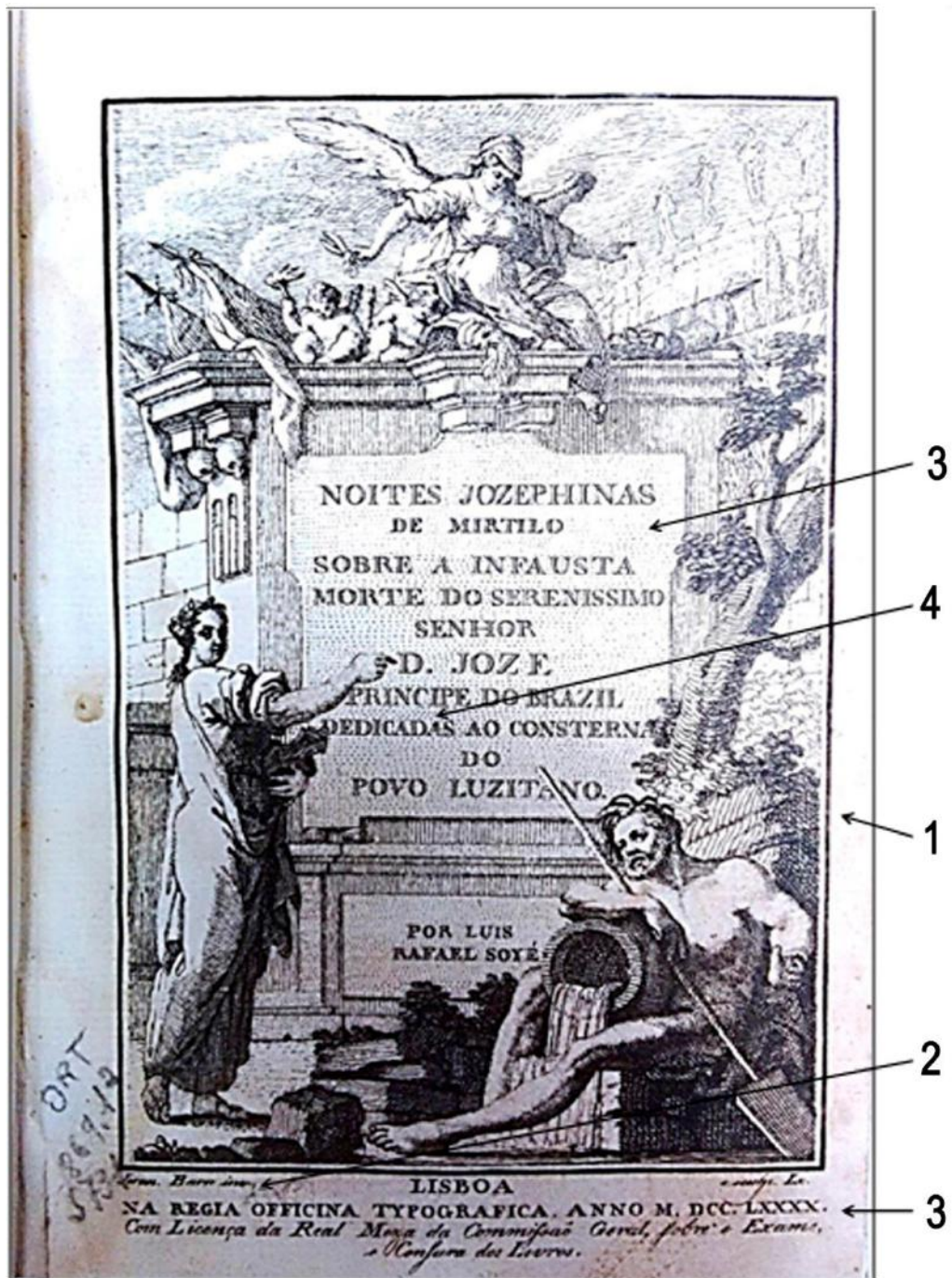
depois da palavra de ligação. A pontuação dos títulos que incluem um título alternativo fica ao critério da agência de catalogação” (**Exemplo 2**, indicativo 1).

Comentário:

No caso dos livros antigos, em que a descrição tende a ser completa, considera-se toda a pontuação, reproduzindo-a exatamente como é dada nas fontes de informação.

O catalogador deve considerar as particularidades do livro antigo e a qualidade da informação que a catalogação oferece para o usuário.

Exemplo 1



Fonte: a Autora (2018).

Catálogo:

24510|a Noites jozephinas de Mirtilo sobre a infausta morte do serenissimo senhor D. Joze principe do Brazil dedicadas ao consternado povo luzitano / |c por Luis Rafael Soyé.

260__|a Lisboa |b Na Regia Officina Typografica |c anno M.DCC.LXXX. [1790].

6.5 CAMPOS MARC PARA ENTRADA DE DADOS DE MONOGRAFIAS

- **245 TÍTULO (NR)**

No Manual SiBI-UFRJ (2017):

“Transcrever o título principal tal como aparece na publicação”.

Na ISBD (2012):

Regra A.5 – “Os elementos das zonas 1, 2, [...] e] 4 [...] são normalmente transcritos e registrados a partir do recurso e são, por conseguinte, sempre que possível, na língua ou línguas e escrita ou escritas nas quais aparecem. As interpolações nestas zonas são colocadas entre parênteses retos [colchetes] e são dadas na língua e escrita do contexto dessa parte”.

Regra A.5/Para recursos monográficos antigos – “Mantém-se a ortografia das palavras retiradas do recurso mas as ligaturas e outras formas contemporâneas das letras e diacríticos podem ser transcritas na sua forma atual, quando a agência catalogadora não dispõe dessas formas de época. [...] Não se adicionam acentos nem outros diacríticos que não estejam presentes no recurso” (**Exemplo 2**, indicativo 4).

Comentário:

No exemplo 2, ocorre o sinal diacrítico “&c”, que é transcrito como “etc.”.

A norma também indica a possível ocorrência de outras formas de letras – como é o caso do “S” carolino, uma letra alongada, que se confunde com o “F” (**Exemplo 4**, indicativo 1).

1. **Catálogo de obra em volumes:**

No Manual SiBI-UFRJ (2017):

“Fazer a catalogação de uma obra em volumes como coleção, mesmo que a biblioteca não possua a coleção completa [...]”.

Na ISBD (2012)

Regra 1.1.3.5/Para recursos monográficos em várias partes – “Se a numeração de uma parte de um recurso monográfico em várias partes for parte integrante do título próprio, a numeração da última parte é dada a seguir à numeração da primeira, separada desta por hífen,

e incluída entre parênteses retos [colchetes]” (**Exemplo 2**, indicativo 2; **Exemplo 5**, indicativo 1; **Exemplo 7**, indicativo 2).

2. **Maiúsculas:**

No Manual SiBI-UFRJ (2017; grifos do autor):

“Use inicial MAIÚSCULA para a PRIMEIRA PALAVRA de um título (título principal, título alternativo, título equivalente, título citado etc.)”.

Na ISBD (2012):

Regra A.7 – “Em geral, nas escritas onde o emprego de maiúsculas é pertinente, a primeira letra da primeira palavra de cada zona deve ser uma maiúscula; a primeira letra da primeira palavra de alguns elementos ou partes de elementos deve igualmente ser maiúscula (por ex., título paralelo, título alternativo, título da secção). A utilização de outras maiúsculas deve seguir a prática corrente para a língua e escrita” (**Exemplo 1**, indicativo 3).

Comentário:

A norma específica ressalta a importância da transcrição mais exata possível do título, considerando o uso de maiúsculas e minúsculas conforme as práticas de ortografia em vigor, embora a maioria dos livros antigos apresentem os elementos da página de rosto em letras maiúsculas – essa modificação não altera o sentido ou a recuperação do registro bibliográfico.

3. e 4. **Título e Subtítulo extensos:**

No Manual SiBI-UFRJ (2017):

“Quando se tratar de subtítulo extenso (muito longo) pode registrá-lo em nota (AACR2 R 1.7B5) ou de forma abreviada”.

Na ISBD (2012):

Regra 1.1.5.1 (grifos do autor) e 1.3.4.2 – “O título propriamente dito é transcrito a partir da fonte preferida de informação exatamente quanto à redação, mas não necessariamente quanto às maiúsculas ou pontuação” **“Exceccionalmente**, um título próprio muito extenso pode ser abreviado no meio ou no fim, se não se alterar o sentido do título, se não se perder informação essencial, e se não se introduzirem incorreções gramaticas. Quando se abrevia um título próprio, nunca se omitem as cinco primeiras palavras (ou as primeiras seis, se a primeira for um artigo). As omissões indicam-se com reticências”.

Regra 1.4.4.4 – Se uma menção de informação complementar do título é dada, ela é transcrita na ordem indicada pela sequência da informação na fonte de informação prescrita (**Exemplo 2**, indicativo 3).

Outras ocorrências:

Na ISBD(A) (2006, grifos nossos):

Regra 1.1.3.1.3 (ISBD(A), 2006); Regra 1.5.5.1 (ISBD, 2012) — “Invocações piedosas, dispositivos, anúncios (incluindo epigramas e dedicatórias) não são incluídos (**Exemplo 4**, indicativo 2), a menos que constituam o único título ou pareçam ser parte do próprio título por tipografia ou sentido” (**Exemplo 1**, indicativo 4).

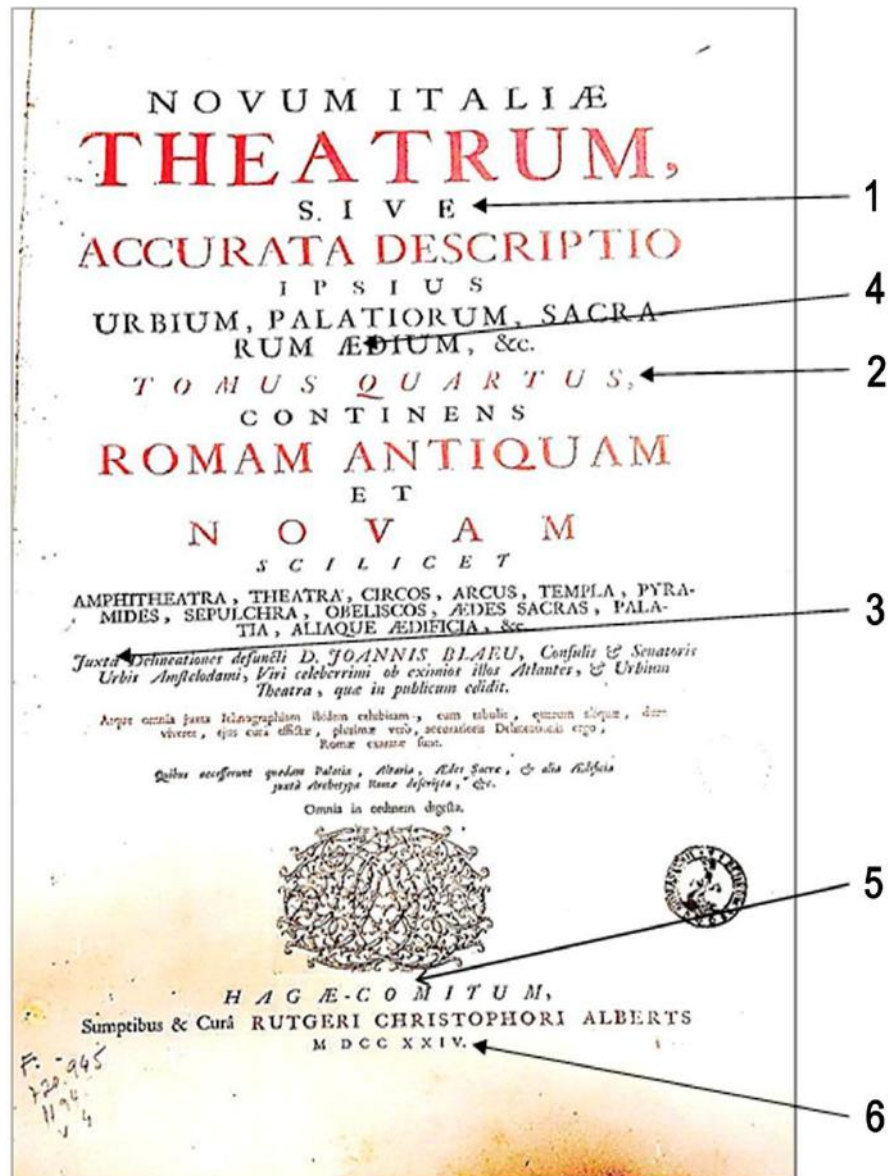
Na ISBD(A) (2006, grifos nossos):

Regra 1.5.4.6 (ISBD(A), 2006); Regra 1.4.5.5 (ISBD, 2012) – “Iniciais que indicam membros de sociedades, graus acadêmicos, etc., e qualificações seguinte dos nomes de uma pessoa são consideradas parte da declaração de responsabilidade. Eles são transcritos **quando são necessárias** linguisticamente ou quando são necessárias para identificar a pessoa ou para estabelecer o contexto da sua atividade. **Omissões podem ser feitas** nas demonstrações longas, tais omissões sendo indicada pela **marca de omissão**” (**Exemplo 3**, indicativo 1; **Exemplo 7**, indicativo 1).

Na ISBD (2012, grifos nossos):

Regra A.7 – “Na comunidade catalográfica internacional aplicam-se várias convenções de transcrição para I e J e para U e V. Elas vão desde a transcrição exata das maiúsculas originais à conversão, na maior parte dos casos, do V em u. Uma agência de catalogação deve aplicar de maneira coerente o método de conversão que escolheu” (**Exemplo 4**, indicativo 3).

Exemplo 2



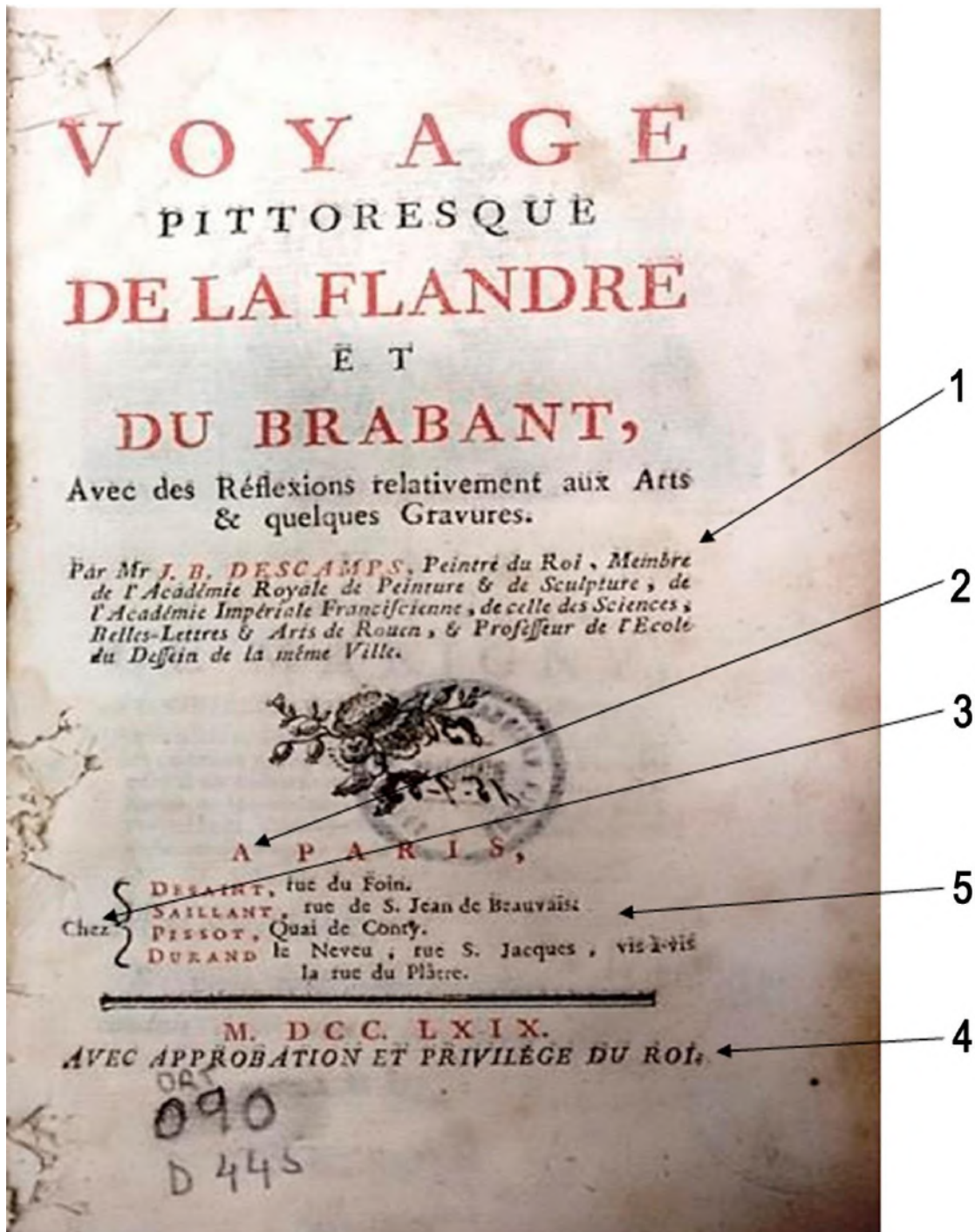
Fonte: a Autora (2018).

Catologação:

24510|a Novum italiae theatrum, sive, Accurata descriptio ipsius urbium, palatiorum, sacrarum aedium, etc. Tomus primus [-quartus]... / |c juxta delineationes defuncti D. Joannis Blaeu... Atque omnia juxta ichonographiam ibidem exhibitam, cum tabulis, quarum aliquae, dum viveret, ejus curâ effictae, plurimae verò accuratioris delineationis ergo, Romae exaratae sunt. Quibus accesserunt quaedam Palatia, Atria, Aedes Sacrae, & alia Aedificia juxta Archetypa Rome descripta, etc. Omnia in ordinem digesta.

260_|a Hagae-Comitum [Hague] : |b sumptibus & curâ Rutgeri Christophori Alberts, |c MDCCXXIV. [1724].

Exemplo 3



Fonte: a Autora (2018).

Catálogo:

24510|a Voyage pittoresque de la Flandre et du Brabant, avec des réflexions relativement aux arts & quelques gravures / |c par Mr. J. B. Descamps...

260__|a A Paris : |b Chez Desaint..., |b Saillant..., |b Pissot..., |b Durand le Neveu..., |c M. DCC. LXIX. [1769].

Exemplo 4



Fonte: a Autora (2018).

Catologação:

245 13a Le finezze de pennelli italiani, ammirate, e stvdiate da Girvpeno sotto la scorta, e disciplina del genio di Raffaello d'Vrbino : |b con vna curiosa, ed'attentissima osseruatione di tutto ciò, che facilmente possa riuscire d'vtile, e di diletto à chi desidera rendersi perfetto nella teorica, e pratica della nobil'arte della pittvra / |c opera di Lvigi Scaramvccia Pervgino...

260 __|a In Pavia : |b per Gio. Andrea Magri Stampatore della Città, |c [1674].

5. Título equivalente:

No Manual SiBI-UFRJ (2017):

“Para catalogação de título equivalente em 2º nível só se inclui o primeiro título equivalente no campo 246, a não ser que contenha algum em português, que também deverá ser incluído (AACR2 Regra 1.1D2)”.

Na ISBD (2012):

Regra 1.2.5.2 – “Quando uma fonte de informação preferida contém mais do que um título paralelo, esses títulos [...] são transcritos na ordem indicada pelo relevo tipográfico das menções ou, se não houver distinção no relevo tipográfico, pela sequência das menções” (**Exemplo 5**, indicativo 2).

- **250 EDIÇÃO (R)**

No Manual SiBI-UFRJ (2017):

“Transcrever a indicação da edição da maneira encontrada no documento. Faça as abreviaturas de acordo com o Apêndice B e os numerais de acordo com o Apêndice C”.

Na ISBD (2012):

Regra 2.1.2/Para recursos monográficos antigos: “Dá-se a redação exata quando a menção da edição é retirada de uma fonte de informação prescrita” (**Exemplo 6**, indicativo 1).

- **260 PUBLICAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, ETC. - IMPRENTA (R)**

1. Mais de um lugar ou editora:

No Manual SiBI-UFRJ (2017; grifos nossos e do autor):

“Na catalogação em segundo nível, **só se registram: o primeiro local, o primeiro editor** e data de publicação. Entretanto acrescenta-se outro local ou outra editora, no caso de estarem localizadas no país da fonte catalogadora, ou seja, no nosso caso o Brasil. Como também **se acrescenta outra editora se esta se apresentar em destaque tipográfico** em relação à primeira editora”.

Na ISBD (2012; grifos nossos):

Regra 4.2.3/Para recursos monográficos antigos – “Quando um recurso tem mais do que um editor [...], numa única fonte, **transcrevem-se**, geralmente, **todos os nomes que desempenham alguma função**, segundo a ordem indicada pela sequência em que figuram. São separados pela pontuação prescrita apenas se não estiverem unidos por palavras ou expressões de ligação” (**Exemplo 3**, indicativo 5; **Exemplo 7**, indicativo 3).

Regra 4.1.8/Para recursos monográficos antigos – “**Incluem-se as preposições** que precedem o lugar de publicação, [...] assim como quaisquer palavras ou expressões associadas ao nome do lugar” (**Exemplo 3**, indicativo 2; **Exemplo 6**, indicativo 2).

2. Padronização dos nomes das editoras:

No Manual SiBI-UFRJ (2017):

“Registre o nome do editor, distribuidor etc. na forma abreviada, desde que não prejudique a sua identificação a nível internacional”.

Na ISBD (2012):

Regra 4.2.6/Para recursos monográficos antigos – “Os nomes dos editores, impressores, distribuidores, etc., são transcritos na forma em que figuram na fonte de informação prescrita, precedidos das palavras e frases necessárias” (**Exemplo 3**, indicativo 3; **Exemplo 6**, indicativo 3).

Outras ocorrências:

Na ISBD (2012):

Regra 4.1.10 – “Se for considerado necessário para identificação, é dada, entre parênteses retos [colchetes], uma versão alternativa, ou corrigida, do nome do lugar” (**Exemplo 2**, indicativo 5; **Exemplo 5**, indicativo 3).

Comentário:

Geralmente, o nome do local era grafado em latim, a língua culta da época, e na forma antiga, daí a necessidade da sua identificação. No caso, existem catálogos de nomes antigos de cidades, disponíveis na web, pra verificação dos nomes equivalentes, atuais (Informação verbal³⁰).

³⁰ Informação fornecida por Ana Virginia Pinheiro, orientadora desta pesquisa, em outubro de 2017.

Regra 4.3.6 – “Quando for considerado importante para os utilizadores do catálogo, pode ser dada na zona 7 [notas] uma data de privilégio [no caso, “privilégio de impressão” é uma “autorização concedida ao autor, editor ou impressor para que, durante um certo número de anos, goze do direito exclusivo da publicação de uma obra” (FARIA; PERICÃO (2008, P. 596)] ou copyright” (**Exemplo 3**, indicativo 4; **Exemplo 4**, indicativo 4).

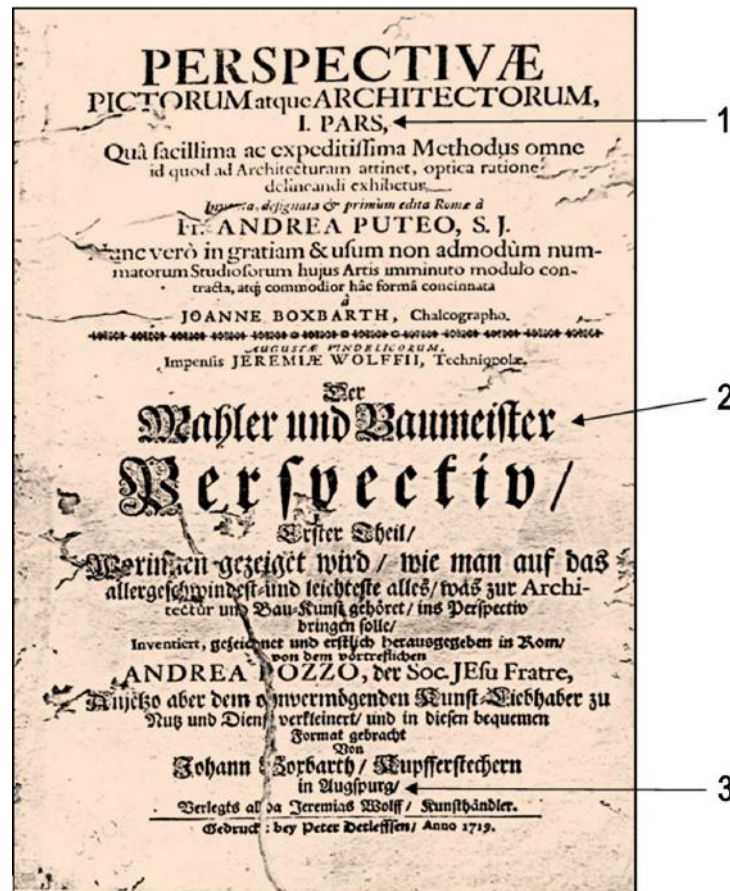
3. Tipos de registro de datas:

Na ISBD (2012, grifos nossos e do autor):

Regra 4.3.4 – “As datas em numerais romanos são transcritos tal como figuram, suprimindo espaços internos. O ano gregoriano é dado em numerais árabes, entre parênteses retos [colchetes]” (**Exemplo 1**, indicativo 3; **Exemplo 2**, indicativo 6; **Exemplo 7**, indicativo 4);

Regra 4.3.4/Para recursos monográficos antigos – “As datas de publicação, impressão, etc. são transcritas como figuram no recurso, incluindo o dia e o mês, se presentes. Palavras e expressões que estejam ligadas gramaticalmente à data, tais como **anno** e **impresso no anno** são transcritas como parte do elemento data” (**Exemplo 1**, indicativo 3).

Exemplo 5



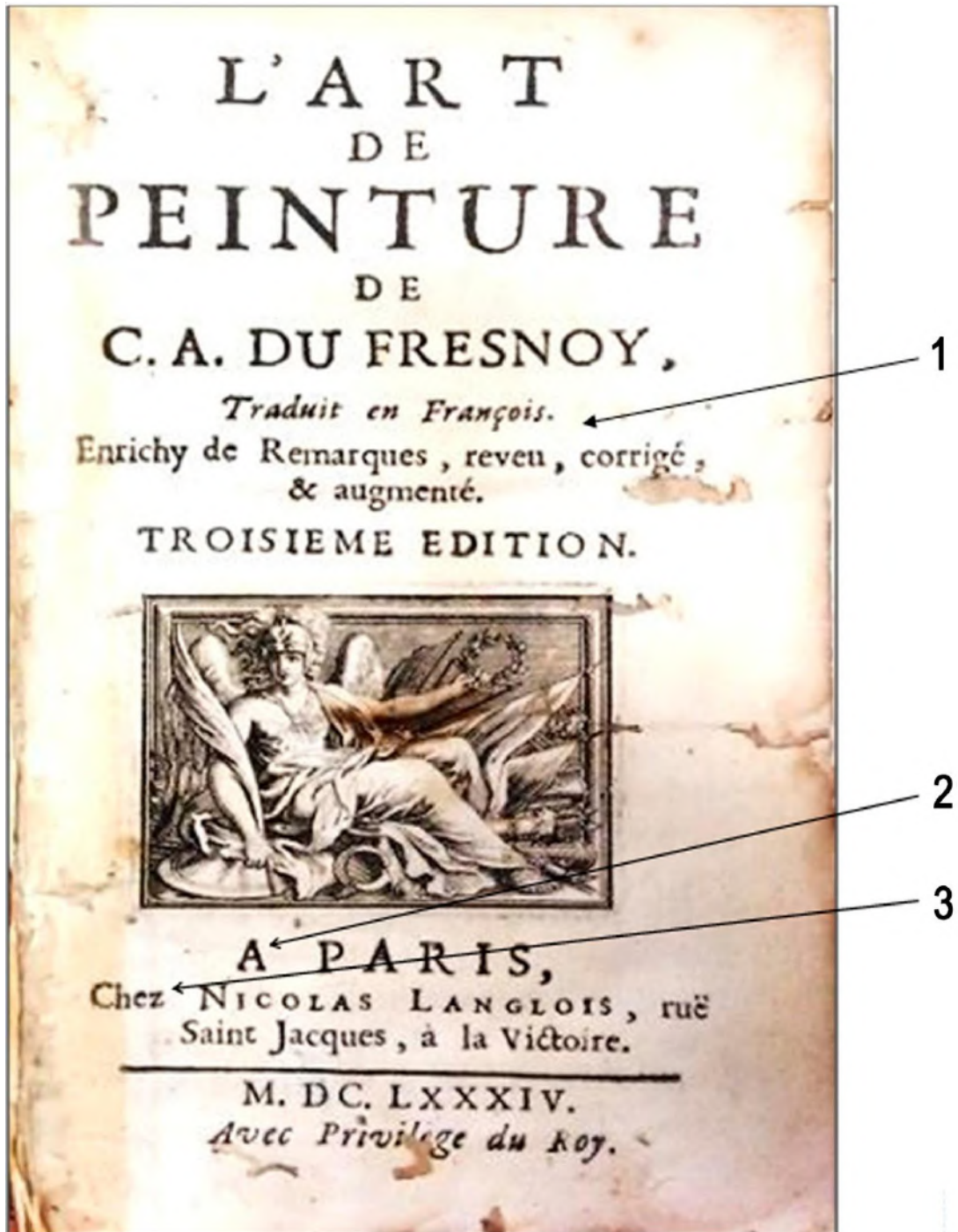
Fonte: a Autora (2018).

Catálogo:

24501 | a Perspectivæ pictorum atque architectorum, I. [-II.] pars, : | b quâ facillima ac expeditissima methodus omne id quod ad architecturam attinet, optica ratione delineandi exhibetur / | c inventa, designata & primùm edita Romæ à fr. Andrea Puteo, S. J. ; nunc verò in gratiam & usum non admodùm nummatorum studioforum hujus artis imminuto modulo contracta, atq; commodior hâc formâ concinnata à Joanne Boxbarth, chalcographo. Augustae Vindelicorum, impensis Jeremie Wolffii, technipolæ. = Der mabler und baumeister versvectiv, lrifter cheil, berinuen gezeigt ivird, ldie man auf das allergeschmindeft=und leichteste alles, mas zur Architectur und bau=runst gehoret, ins perspectiv bringen folle / inventiert, gezeichnet und erstlich heraus gegeben in Rom von dem vortreflichen Andrea Pozzo, der Soc. J. efu fratre, anjetzo aber dem unvermögenden kunst=liebhaber zu nutz und dienst verkleinert und in diesen bequemen format gebracht von Johann Boxbarth / kupfferstechern.

260 | a Uugspurg [Augsburgo] : | b Verlegts alba Jeremias Volff Kunsthdändler. Gedruckt: bey Peter Detleffsen, | c 1719.

Exemplo 6



Fonte: a Autora (2018).

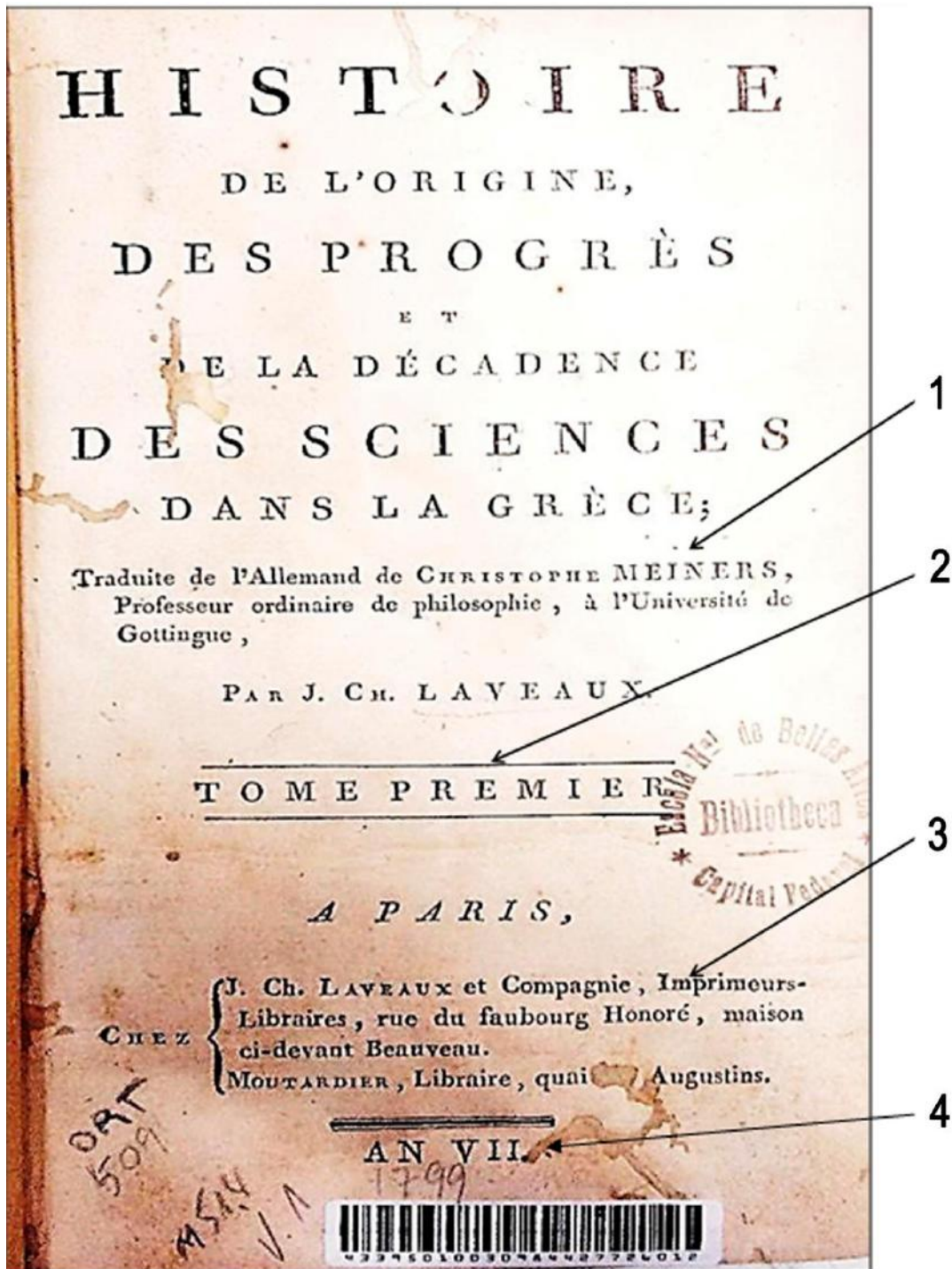
Catálogoção:

24512|a L'art de la peinture / |c de C. A. du Fresnoy.

250__|a Traduit en françois. Enrichy de remarques, reveu, corrigé, & augmenté. |b troisieme edition.

260__|a A Paris : |b Chez Nicolas Langlois... |c M. DC. LXXXIV. [1684].

Exemplo 7



Fonte: a Autora (2018).

Catálogo:

24510|a História de l'origine des progrès et de la décadence des sciences dans la Grèce / |c traduite de l'allemand de Christophe Meiners... ; par J. Ch. Laveaux...

260__|a A paris : |b Chez J. Ch. Laveaux et Compagnie, Imprimeurs-Libraires... : |b Moutardier, Libraire... |c AN VII [1799].

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro antigo possui especificidades não encontradas em publicações modernas, apresentando características únicas, demandando por tratamento técnico diferenciado. A análise e a descrição bibliográfica do livro antigo apresentam diversas questões que devem ser tratadas com atenção.

A catalogação de material retrospectivo é complexa, e essa complexidade torna imprescindível a interação do catalogador com as inúmeras abordagens que os elementos que compõem o livro antigo podem oferecer. As singularidades e diversidades de sua apresentação devem ser descritas, à medida que se aplicam metodologias específicas definidas em diretrizes internacionais.

As regras para a descrição desse tipo de material são arroladas pela IFLA na ISBD(A) e apresentadas nesta pesquisa. A ISBD(A) recomenda a descrição minuciosa em nível três, com o máximo de dados e informações de cada exemplar.

A descrição bibliográfica minuciosa é recomendada, também, para a comprovação de propriedade no “Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades” do IPHAN, que inclui entre as obras de arte, sujeitos à proteção como patrimônio cultural, os livros antigos.

A riqueza de detalhes na descrição facilita a singularização de exemplares, visando sua recuperação e segurança, colaborando com o desenvolvimento de pesquisas e geração de novos conhecimentos – uma missão da biblioteca universitária.

Dentre as diferentes coleções das bibliotecas da UFRJ, destacam-se as de livros antigos, que compõem o acervo de quase, senão, todas as bibliotecas integrantes de seu Sistema, SiBI-UFRJ.

Embora, as bibliotecas integrantes do SiBI-UFRJ possuam obras de inestimável valor histórico e patrimonial, não há recomendação formal para tratamento minucioso, detalhado e padronizado de seus livros antigos. O manual utilizado como base para o serviço de catalogação dessas bibliotecas, ainda que imprescindível para a atividade, não abrange as normas específicas para livros antigos.

O Manual do SiBI-UFRJ tem o objetivo de padronizar o uso das regras de catalogação para melhor alcançar os objetivos propostos pelo SiBI-UFRJ, organizando o processamento técnico e constituindo um catálogo uniforme e de qualidade, principalmente por ser cooperativo.

Daí, a necessidade e a importância da complementação do “Manual para a entrada de dados de monografias na Base Minerva” com os dados e as diretrizes para a descrição bibliográfica de livros antigos.

A falta de uniformidade na apresentação dos elementos do livro antigo permite diferentes escolhas entre as possibilidades previstas nas regras. Consequentemente, deve-se estabelecer um padrão, registrando-os em documentos de serviço, para evitar a duplicidade de esforços com diferentes resultados. O manual de serviço é o mecanismo e a garantia da uniformidade dos catálogos cooperativos e, portanto, um recurso estratégico de gestão da informação.

Para gerenciar e divulgar suas preciosas coleções bibliográficas, adaptando o tratamento às demandas dos usuários e da Universidade, é necessário delinear o processo para a descrição bibliográfica de livros antigos, a partir da teoria e de boas práticas, adequando-o ao formato MARC 21, no “Manual para a entrada de dados de monografias da Base Minerva”.

Para isto, esta pesquisa discursou sobre as especificidades do livro antigo, as dificuldades e as necessidades que envolvem seu tratamento, alicerçando-se na literatura e em normas específicas. A proposta da pesquisa é restrita ao corpo da ficha, considerando que os demais elementos da catalogação, especificamente a área de notas e de pontos de acesso, já dispõem de literatura, além de depender de discussão e consenso para formular um padrão institucional.

Discorreu-se, ainda, sobre as competências básicas necessárias, como o conhecimento nas áreas da Bibliografia, da Bibliografia Material e da História do Livro, para subsidiar e ampliar o olhar do bibliotecário, habilitando-o para a análise e descrição dos elementos do livro antigo.

Como gestor, o bibliotecário deve continuamente atualizar-se e adequar-se, uma vez que os serviços de catalogação bibliográfica são influenciados diretamente por novas tecnologias. A descrição do livro antigo também pode explorar ao máximo o MARC 21 e suas facilidades, especialmente no que a pesquisa ressaltou sobre a necessidade de adaptar as regras discutidas ao formato, com exemplos práticos.

Embora os elementos e as regras elencadas na pesquisa para a padronização da descrição de livros antigos não esgotem as necessidades de sua catalogação, a proposta pretende conscientizar gestores sobre a importância e a necessidade das normas inerentes à descrição de livros antigos, quando se considerar o desenvolvimento ou o aperfeiçoamento de bases bibliográficas.

As coleções de memória institucional e histórica, fisicamente e informacionalmente, devem ser disseminadas e, não apenas preservadas; sem tratamento adequado, essas coleções especiais permanecerão desconhecidas.

A intenção é que a proposta desta pesquisa seja provocativa, para que as bibliotecas do SiBI-UFRJ, guardiãs de acervos retrospectivos, possam identificar os elementos e as regras ainda não utilizadas no processamento técnico, desencadeando registros cada vez mais completos e uniformizados, enriquecendo o catálogo da Base Minerva.

A proposta se orienta pela intenção de despertar o interesse dos bibliotecários que gerenciam coleções especiais na UFRJ, criando precedentes de abordagem para materiais especiais e otimização do Manual.

Apesar de a pesquisa levar em consideração as necessidades da EBAOR e suas demandas, não se pretende, aqui, esgotar o assunto, mas problematizá-lo e incentivar discussões sobre o tema na UFRJ.

REFERÊNCIA

- ABINIA. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **[Portal]**: Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras. Rio de Janeiro, [2006?]. Disponível em: <<http://planorweb.bn.br/abinia.html>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- ACADEMIA IMPEIAL DE BELAS ARTES (Brasil). **Ata 6150** [Reformas dos Estatutos da Academia e ofícios das reuniões de congregação]. Rio de Janeiro, 1831-1841. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MuseuDJoaVI&pasta=Avulsos&pesq=>>>. Acesso em: 7 fev. 2017.
- ADOLFO Morales de los Rios [verbete]. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. São Paulo: Itaú Cultural, 2014. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa285480/adolfo-morales-de-los-rios>>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- ALEGORIA às artes de Leon Palière volta a ser exposto no MNBA. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. IBRAM: portal do... Brasília, [2016?]. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/tag/alegoria-das-artes/>>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- ALENTEJO, Eduardo. Bibliografia: caminhos da história contada e da história vivida. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 20-62, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2015v20n2p20>>. Acesso em: 17 set. 2017.
- ALENTEJO, Eduardo. **Controle bibliográfico**. 2007. (Material didático utilizado no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO).
- ALMEIDA, Bernardo Domingos de. Portal da antiga Academia Imperial de Belas Artes: A entrada do Neoclassicismo no Brasil. **19&20**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan. 2008. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_portalaiba.htm>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2005.
- ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. 2. ed. atual. e rev. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.
- ATHAYDE, Marinalda. **Marinalda Athayde**: depoimento [maio 2017]. Entrevistadora: Wanessa Oliveira da Silva. Rio de Janeiro, 2017. Entrevista concedida à pesquisa de dissertação para o Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. **A evolução gráfica do livro**: de Gutemberg à Revolução Industrial. 2015. (Material didático utilizado no Curso História do Livro e das Bibliotecas: fundamentos da Biblioteconomia de livros raros, promovido pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras-PLANOR/BN).
- BAPTISTA da Costa Rios [verbete]. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. São Paulo: Itaú Cultural, 2014. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa285480/adolfo-morales-de-los-rios>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BGN, 1978.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Lei do Patrimônio Cultural. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação Informatizada - Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937 - publicação original**. Brasília, DF, [2017]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937-351814-norma-pe.html>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

CHASTINET, Yone Sepúlveda. Conferência da profa. Yone Sepúlveda Chastinet. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 7, 1991, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/VII-SNBU-v1.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

CHRISTOPHERS, Richard. Introdução: In: INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **ISBD(A)**: descrição bibliográfica internacional normalizada de monografias antigas. Tradução de Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Cultural, 1985. P. IX-XV.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2.ed. rev. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

CÔRTE, Adelaide Ramos et al. Automação de bibliotecas e centros de documentação: o processo de avaliação e seleção de softwares. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 28, n. 3, p. 241-256, set./dez. 1999. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/828>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

COSTA, Tailson Pires; ROCHA, Joceli Scremin da. A incidência da receptação e do tráfico ilícito de obras de arte no Brasil. **Revista do Curso de Direito**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 263-282, 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/view/525>>. Acesso em: 27 out. 2017.

CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis; WEITZEL, Simone da Rocha. **A biblioteca: o técnico e suas tarefas**. Niterói: Intertexto, 2004.

DIAS, Antônio Caetano. **Catálogo de obras raras ou valiosas da Biblioteca da Escola Nacional de Belas Artes**. Rio de Janeiro: INL, 1945.

DIAS, Antônio Caetano. **Elementos de catalogação**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1967.

EXLIBRIS. **Aleph**: visão geral. São Paulo, [2005]. Disponível em: <<http://www.exl.com.br/aleph.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: Edusp, 2008.

FERNANDES, Amaury. Notas sobre a evolução gráfica do livro. In: AMAURY Fernandes [blogue]: artigos. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.amaury.pro.br/textos/NotEvGrafLiv.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

FURRIE, Betty. **Understanding MARC bibliographic**. Washington, DC: Library of Congress, 2009. Disponível em: <<https://www.loc.gov/marc/umb/um01to06.html>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Rosani Parada. **Processos de formação do acervo da biblioteca da Academia Imperial de Belas Artes e seu uso como material didático (1834-1857)**. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia)–Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/DISSERTACAO%20ROSANI%20GODOY.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

GODOY, Rosani; SILVA, Wanessa da; THIESEN, Icléia. A constituição do acervo da Biblioteca da Academia Imperial de Belas Artes (1834-1857). In: VIII Seminário do Museu D. João VI, 8. Colóquio Internacional Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX, 4., 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2017. Disponível em: <https://joaosextoseminario.files.wordpress.com/2017/12/anais-2017_seminc3a1rio-mdjvi_1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

GOMES JUNIOR, Guilherme Simões. Biblioteca de arte: circulação internacional de modelos de formação. *Novos estudos-CEBRAP*, São Paulo, n. 81, p. 157-177, jul. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2018.

GONÇALVES, João. Automatização e livro antigo na Biblioteca Nacional. In: PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. **V Centenário do livro impresso em Portugal 1487-1987**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992. Originalmente apresentado nas atas do Colóquio sobre o livro antigo, Lisboa, 1988.

GRANDJEAN de Montigny [verbete]. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. São Paulo: Itaú Cultural, 2014. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa214530/grandjean-de-montigny>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

GREENHALGH, Raphael Diego. **Segurança contra roubo e furto de livros raros: uma perspectiva sob a ótica da economia do crime e da teoria da dissuasão**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)–Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/17800/1/2014_RaphaelDiegoGreenhalghV1.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2018.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação documental**. 2. ed. Brasília, DF: IBICT, 1994.

HOUAISS, Antônio. **Elementos de bibliologia**. Reimpressão fac-similar. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL: Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Sócios falecidos brasileiros**: Tomás Gomes dos Santos. Rio de Janeiro: IHGB, [2005-2015]. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/TGSantos.html>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil).

Instrução Normativa nº 01, 11 jun. 2007. Dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros, e dá outras providências. Brasília, DF, 13 jun. 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2017.

INSTITUTO SIEGEN. **Manuais administrativos**. Guarulhos, SP, [201-?]. Disponível em: <http://www.institutosiegen.com.br/documentos/manuais_administrativos.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD)**: edição consolidada. Trad. e rev. técnica de Rosa Maria Galvão, Margarida Lopes. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **ISBD(A)**: descrição bibliográfica internacional normalizada de monografias antigas. Tradução de Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Cultural, 1985.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **ISBD(A)**: International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian). 2 ed. revisada. 2006. Disponível em: <<https://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/isbda.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

JEAN Leon Pallière. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23476/jean-leon-palliere>>. Acesso em: 24 de Jun. 2018. Verbete da Enciclopédia.

LIBRARY OF CONGRESS (USA). **Descriptive Cataloging of Rare Materials (Books)**. Washington, DC: Library of Congress, Bibliographic Standards Committee, 2011. Disponível em: <<https://rbms.info/files/dcrm/dcrmb/DCRMB3.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

LIBRARY OF CONGRESS (USA). **MARC 21 Bibliographic**. Washington, DC, 2007. Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc/bibliographic/bdintro.html>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

LYONS, Martyn. **A nova cultura da imprensa**. In: _____. Livro: uma história viva. São Paulo: SENAC, 2011.

MACHADO, Ana Maria Nogueira. **Informação e controle bibliográfico: um olhar sobre a cibernética**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

MALTA, Marize. Aprender a ver: modelos para o decorativo nas Obras Raras do Museu D. João VI. In: COLÓQUIO DO COMTÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 31, 2012. Campinas. **Anais...** Campinas, 2012. p. 539-552.

MARTÍN ABAD, Julián. **Los libros impresos antiguos**. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Universidad de Valladolid, 2004.

MARTÍN ABAD, Julián; BECEDAS GONNzáLEZ, Margarita; LILAO FRANCA, Óscar. **La descripción de impresos antiguos: análisis y aplicación de la ISBD(A)**. Madrid: Arco Libros, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Espelhos da alma: fisiognomonía, emoções e sensibilidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, ano 5, n. 14, p. 15-34, set. 2012. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf13/02.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

MELLO, Paula Maria Abrantes Cotta de; AMARAL, Elisa. A história da informatização das bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA INFORMÁTICA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 38, 2012, Medellín. **Anais...** Medellín, 2012. Disponível em: <http://www.cos.ufrj.br/shialc/content/docs/shialc_2/clei2012_submission_123.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2017.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Catálogo e descrição bibliográfica: contribuições a uma teoria**. Brasília, DF: ABDF, 1987. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 1986.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MORAES, Rubens Borba. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1979.

MORIARTY, Kate Simpson. **Descriptive Cataloging of Rare Materials (Books) and its predecessors: a history of rare book cataloging practice in the United States**. Dissertação (Biblioteconomia) –Escola de Informação e Biblioteconomia, Universidade da Carolina do Norte, Chapel Hill, 2004. Disponível em: <<https://cdr.lib.unc.edu/indexablecontent/uuid:71cedba2-f555-49fc-bc45-0bf5344b58fe>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

OTLET, Paul. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PEDRAZA GRACIA, Manuel José. Bibliología (ciencia del libro) y ciencias de la documentación. **Scire**, Zaragoza, v. 11, n. 1, p. 27-46, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/download/1506/1484>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

PEREGRINO, Umberto. Prefácio. In: DIAS, Antônio Caetano. **Elementos de catalogação**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1967.

PEREIRA, Sônia Gomes. O Museu D. João VI. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 149-160, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/93>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

PINHEIRO, Ana Virginia. A Biblioteconomia de livros raros no Brasil: necessidades, problemas e propostas. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 5, p. 45-60, jan./dez. 1990.

PINHEIRO, Ana Virginia. Catalogação de livros raros: proposta de metodologia de formalização de notas especiais, para difusão, recuperação e salvaguarda. In: ENACAT: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/109278012/Catalogacao-de-livros-raros-proposta-demetodologia-de-formalizacao-de-notas-especiais-para-difusao-recuperacao-e-salvaguarda>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

PINHEIRO, Ana Virginia. A catalogação de livros raros sob a perspectiva dos Princípios Fundamentais de Paul Otlet [apresentação]. In: III Encuentro Nacional de Instituciones com Fondos Antiguos y Raros: una aproximación a la arqueología del libro, 3, 2015, Buenos Aires. [**Conferencias...**]. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2015a.

PINHEIRO, Ana Virginia. Glossário de Documentação e Codicologia. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 115, p.123-213, 1995. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_115_1995.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PINHEIRO, Ana Virginia. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, Bruno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (Org.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015b. p. 33-44. (Coleção Memória da Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, n. 3). Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoiacaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2017.

PINHEIRO, Ana Virginia. Metodologia para inventário de acervo antigo. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 123, p. 9-31, 2003. Disponível em: <<http://planorweb.bn.br/documentos/ARTIGOS/inventarioacervoantigoanavirginia.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

PINHEIRO, Ana Virginia. **A ordem dos livros na biblioteca**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2007.

PINHEIRO, Ana Virginia. **Produção do Registro do Conhecimento I**: planos de aulas. 2006. (Material didático utilizado no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO).

PINHEIRO, Ana Virginia. **Que é livro raro?**: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença; Brasília, DF: INL, 1989.

PINHEIRO, Ana Virginia et al. O histórico da Biblioteca como instrumento de gestão e salvaguarda das coleções de livros raros e especiais na biblioteca universitária brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18, 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/549-2341.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

REYES GÓMEZ, F. La estructura formal del libro antiguo español. **Paratesto**, Madrid, n. 7, p. 9-59, 2010.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. **Catálogo de recursos bibliográficos: AACR2 em MARC 21**. 6. ed. Brasília, DF: Três em Um, 2015.

ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2002.

SALDANHA, Gustavo Silva. A grande bibliologia: notas epistemológico-históricas sobre a ciência da organização dos saberes. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 195-207, maio/ago., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v28n2/0103-3786-tinf-28-02-00195.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. **Revista Online Biblioteca Prof. Joel Martins**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001. Disponível em: <http://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/files/Criterios_para_definiao_de_obras_raras.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Controle de Acervos. In: _____ (Org). **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. p. 13-32. Disponível em: <http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/seguran%C3%A7a_de_acervos_culturais.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SILVEIRA, Naira Christofoletti. **A trajetória da autoria na representação documental**. 2013. Tese (Doutorado em Cultura e Informação)–Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-06052014-114125/pt-br.php>>. Acesso em: 3 maio 2017.

SOUZA, Dulce E. L. de; SILVA, Patrícia; SILVA, Alba Lígia de A.; DIAS, Guilherme A. Caminhos percorridos para a digitalização das dissertações do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba utilizando a plataforma Dspace como repositório digital. **Biblionline**, João Pessoa, PB, v. 6, n. 2, p. 44-55, 2010. Disponível em: <periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/7531>. Acesso em: 4 nov. 2017.

TAUNAY, Felix Emilio. **Elementos do catálogo**. 1846. (Manuscrito)

UNIVERSIDADE DO BRASIL. **Catálogo da biblioteca com indicação de obras raras ou valiosas**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Belas Artes, 1957.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola de Belas Artes. Biblioteca de Obras Raras e Especiais. Acervo. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. [Portal]. Rio de Janeiro, 2017a. Disponível em: <<http://obrasraras.eba.ufrj.br/index.php/ebaor/acervo>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola de Belas Artes. Biblioteca de Obras Raras e Especiais. Histórico. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. [Portal]. Rio de Janeiro, 2017b. Disponível em: <<http://obrasraras.eba.ufrj.br/index.php/ebaor/historico>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola de Belas Artes. Biblioteca de Obras Raras e Especiais. Missão. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. [Portal]. Rio de Janeiro, 2017c. Disponível em: <<http://obrasraras.eba.ufrj.br/index.php/ebaor/missao>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola de Belas Artes. História. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. [Portal]. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.eba.ufrj.br/index.php/eba/institucional>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Biblioteca e Informação. Apresentação. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. [Portal]. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/index.php/o-sibi/quem-somos>>. Acesso em: 24 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Biblioteca e Informação. **Guia Básico do Usuário da Base Minerva**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://obrasraras.eba.ufrj.br/index.php/produtos-e-servicos/consulta-visitas/guia-basico-da-base-minerva>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Manual de entrada de dados de monografias na Base Minerva**. Rio de Janeiro, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Manual de entrada de dados de monografias na Base Minerva**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, 2015.

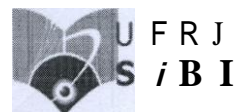
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Manual de entrada de dados de monografias na Base Minerva**. 4. ed. Rio de Janeiro: 2017.

VIEIRA, Bruno Vinicius Gonçalves. Apresentação: os livros e seu destino. In: VIEIRA, Bruno Vinicius Gonçalves; ALVES, Ana Paula Meneses (Org.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44. (Coleção Memória da Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, n. 3). Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/Apoi-oaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-UFRJ

Sistema de Bibliotecas e Informação - SiBI

À
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Mestrado Profissional em Biblioteconomia

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que a dissertação da servidora Wanessa Oliveira da Silva, intitulada "Proposta para a entrada de dados da catalogação de livros antigos na Base Minerva do Sistema de Biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro" apresentada ao Mestrado Profissional em Biblioteconomia na UNIRIO, em 2018, será de grande valia para a elaboração do manual de catalogação de obras raras da UFRJ.

O estudo comparativo relativo à descrição bibliográfica executado pela servidora entre o "Manual para a entrada de dados de monografias na Base Minerva" e as regras da ISBD(A) fornece subsídios que podem ser incluídos no manual de procedimento destinado à catalogação das obras raras e antigas da UFRJ, em estágio de elaboração.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2018.



Paula Maria Abrantes Cotta de Mello
Coordenadora
Sistema de Bibliotecas e Informação UFRJ
CRB - 7/3058